



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

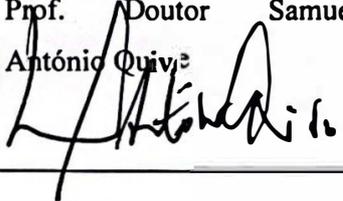
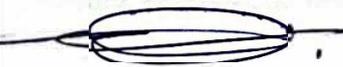
**PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO
NO DISTRITO DE MASSINGIR - PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO NO
PERÍODO DE 2005 A 2019**

Teófilo Domingos Munjovo

Maputo, Fevereiro de 2022

**PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO NO
DISTRITO DE MASSINGIR - PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO NO PERÍODO DE
2005 A 2019**

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane como Requisito Parcial para Obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

Supervisor	Arguente	Presidente do Júri
Prof. Doutor Samuel António Quivane 	Prof. Doutor Carlos Cunhane 	Prof. Doutor Orlando Nipassa 

Maputo, Fevereiro de 2022

DECLARARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Teófilo Domingos Munjovo** declaro por minha honra que a presente dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau académico ou num outro âmbito, e que ela constitui resultado do meu trabalho individual sob orientação do supervisor, o seu conteúdo é original e as fontes consultadas encontram-se devidamente no texto e na bibliografia. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos do grau de Mestrado da Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, Fevereiro de 2022

O Autor

(Teófilo Domingos Munjovo)

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares no geral e de modo específico ao meu pai Domingos Julio Munjovo, a minha mãe Amélia Andre Macuácuá Munjovo (em memória) que cedo partiu deste mundo antes de eu ter o retorno do investimento que arduamente criou para me manter a estudar, com a venda de cana-doce, alface e couve que extraía da sua machamba; a grande mulher da minha vida, minha esposa Rosta Mate Munjovo pela força em tudo que faço, aos meus filhos Dylan, Lakisha, Lenard e Derick, pela alegria diária que proporcionam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus todo poderoso pelo Dom da vida, pela inspiração no que devo fazer, pensar, dizer, calar, escrever, como devo agir e fazer para promover a glória, o bem das almas e a minha própria santificação.

Aos meus pais Domingos Júlio Munjovo e Amélia Andre Macuácuá Munjovo (em memória), por terem sido o espelho das minhas caminhadas, desde a vida de pastor de gado aos 6 anos de idade em Manjacaze até a fase actual.

A minha esposa Rosta Simão Mate Munjovo, meus filhos Dylan Helcinio Mate Zandamela, Amélia Lídia Munjovo, Fernando Munjovo, Júnior Teófilo Munjovo, Lakisha Clara Mate Munjovo, Lenard Teófilo Mate Munjovo, Derick André Mate Munjovo.

Ao meu supervisor Professor Doutor Samuel António Quive, pela orientação providenciada para a consecução desta pesquisa científica sobre a Participação da Comunidade no Reassentamento.

A família Mansur por ter me apoiado para voltar a escola depois de 10 anos fora do recinto escolar, vai um muito obrigado por isto, em especial ao Eduardo Mansur por ter consigo enxergar onde os meus olhos não conseguiam chegar.

Ao Tomás Meque pelo todo trabalho árduo de facilitação de entrevistas com a comunidade, o Parque nacional de Limpopo e outras individualidades com as quais pude ter a oportunidade de interagir.

Aos meus colegas amigos do curso de Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento em especial para a Denise Daude por ter me apoiado moralmente para que terminasse o curso, Emídio Moiana e Firmino Munjovo, ao meu colega na área profissional Erminio Jocitala, também pelo apoio moral.

A comunidade de Macavene, Banga por ter me recebido como filho no momento das entrevistas e ter partilhado as emoções e sentimentos sobre o seu processo de reassentamento, a Administradora de Massingir Esmeralda Muthemba com a sua equipe em especial o chefe do gabinete de nome Licoze.

A todos o meu Khanimambo (muito obrigado)

EPÍGRAFE

Se o desenvolvimento requer uma mudança de mentalidade, é claro que a atenção precisa se concentrar em como afectar essa mudança, no entanto, essas mudanças não podem ser ordenadas ou forçadas de fora, mas sim devem vir de dentro por meio de tipos de discussão aberta e extensa que são centrais aos processos participativos (Stiglitz, 2001).

RESUMO

A presente pesquisa está subordinada ao tema: Participação da Comunidade no Processo de Reassentamento no Distrito de Massingir - Parque Nacional do Limpopo de 2005 a 2019, no geral procura compreender as abordagens participativas utilizadas no processo de reassentamento da comunidade Macavene no Parque Nacional do Limpopo (PNL) no distrito de Massingir, de modo específico a pesquisa pretende identificar os actores da comunidade envolvidos no processo de reassentamento; descrever as formas de participação utilizadas no processo de reassentamento; analisar os factores que influenciaram a participação da comunidade de Macavene no processo de reassentamento e, por fim, analisar o impacto socioeconómico do processo de reassentamento na comunidade Macavene. A nível metodológico, a abordagem é qualitativa e o método é o estudo de caso. A participação no processo de reassentamento envolveu as partes interessadas nomeadamente: o Governo do Distrito de Massingir, a comunidade de acolhimento, o comité conjunto de reassentamento de Macavene e Banga, o grupo de trabalho de reassentamento do projecto piloto e a comunidade em geral. Todos os membros da comunidade se sentiram parte do processo, pois só foram orientados a participar das reuniões por meio de programas de conscientização via rádios comunitárias e lideranças locais. O processo de reassentamento da comunidade Macavene no distrito de Massingir não permitiu uma participação activa da população, facto que leva a inferir que as experiências e percepções dos locais não foram consideradas porque a comunidade só participou para legitimar o processo e não para influenciar a tomada de decisão.

Palavras-chave: **Participação, Comunidade, Reassentamento, Pobreza, Desenvolvimento.**

ABSTRACT

The present research is subordinated to the theme: Community Participation in the Resettlement Process in the Massingir District - Limpopo National Park from 2005 to 2019 and aims to understand the participatory approaches used in the resettlement process of the Macavene community in the Limpopo National Park (PNL) in Massingir district, the research specifically aims to identify the community actors involved in the resettlement process; describe the forms of participation used in the resettlement process; analyze the factors that influenced the Macavene community's participation in the resettlement process, and finally, analyze the socio-economic impact of the resettlement process in the Macavene community. At a methodological level, the approach is qualitative, and the method is the case study. Participation in the resettlement process involved stakeholders namely: the Massingir District Government, host and resettled community, Macavene and Banga joint resettlement committee, pilot project resettlement working group and the community at large. All community members felt part of the process as they were only guided to participate in the meetings through awareness programs via community radios and through local leaders. The resettlement process of the Macavene community in the district of Massingir did not allow for an active participation of the population, a fact that leads to the inference that the experiences and perceptions of the locals were not considered because the community only participated to legitimize the process and not to influence decision making.

Keywords: Participation, Community, Resettlement, Poverty, Development.

LISTA DE ACRÓNIMO E ABREVIATURAS

ASA	Análise de Sistemas Agro-ecológicos
CRM	Constituição da República de Moçambique
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DRR	Diagnóstico Rural Rápido
LPA	Aprendizado e Acção Participativa
ONG	Organização Não Governamental
PAR	Plano de Acção de Reassentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PID	Processo Participativo Integrado
PNL	Parque Nacional de Limpopo
RI	Reassentamento Involuntário
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	1
DEDICATÓRIA	2
AGRADECIMENTOS	3
EPÍGRAFE	4
RESUMO	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE ACRÓNIMO E ABREVIATURAS	7
Justificativa	2
Problema de Pesquisa	3
Pergunta de Pesquisa	7
Hipóteses de Estudo	7
Objectivos da Pesquisa	7
Abordagem Teórica e Metodológica	7
Estrutura do Trabalho	8
1.1. Contexto Histórico da Participação nos Processos de Desenvolvimento	9
1.2. Tipologia de Participação no Desenvolvimento da Comunidade	15
2.1. Enquadramento Teórico	16
2.2. Enquadramento Conceptual	18
4.1. Actores da Comunidade envolvidos no Processo de Reassentamento	32
4.2. Descrição das Formas de Participação usadas no Processo de Reassentamento	34
4.3. Razões que influenciaram a Participação da Comunidade no Processo de Reassentamento	35

4.4. Situação Socioeconómica actual da Comunidade no local de Reassentamento	
.....	36
Documentos Legislativos.....	51
APÊNDICES.....	52
ANEXOS	66

INTRODUÇÃO

O discurso sobre as abordagens participativas tem sido conduzido por meio de debates e análises sobre as técnicas apropriadas para descobrir as realidades das pessoas pobres e garantir seu envolvimento na tomada de decisões, qualquer revisão superficial da literatura sobre a participação no desenvolvimento, revela um grande volume de trabalho sobre técnicas como mecanismos de solução para o desenvolvimento local tangível, alcançável e alinhado a abordagem do programa ou projecto proposto (Clever, 1999).

A nível global tem-se assistido paradigmas de desenvolvimento onde concebe-se o desenvolvimento como um movimento transformador do tradicional para o moderno, onde as sociedades tradicionais aceitam o mundo como ele é, a sociedade moderna busca mudanças e reconhece que os indivíduos e as sociedades podem desempenhar um papel importante na busca de soluções para o seu bem-estar (Stiglitz, 2001).

No contexto dos processos participativos para o desenvolvimento, o World Bank sozinho alocou na última década cerca de 85 bilhões de dólares para o financiamento do desenvolvimento participativo local em vários países em desenvolvimento no mundo, com a crença subjacente de que envolver comunidades em pelo menos alguns aspectos da concepção e implementação de projectos criaria uma conexão estreita entre a ajuda e o desenvolvimento dos beneficiários pretendido (Mansur e Rao, 2013).

Embora as comunidades estejam cada vez mais a participar nos vários estágios de projectos de desenvolvimento, permanece ainda questões sobre se a sua inclusão constitui uma participação activa e se a capacidade das pessoas envolvidas foi aumentada de maneira a permitir que elas possam conduzir da melhor maneira os destinos das suas vidas em colaboração com outros intervenientes (Duraiappah, Roddy e Parry, 2005).

Do ponto de vista dos autores acima referenciados pode-se aferir que os processos participativos constituem importantes instrumentos para uma comunidade que precisa melhorar a sua qualidade de vida, isto é, a participação pode facilitar o desenvolvimento de uma consciência crítica da população, pode aumentar a possibilidade de resolver ou encontrar soluções dos problemas existentes e pode também ajudar a encontrar soluções para os problemas e desafios do dia a dia dentro das comunidades.

Moçambique não sendo uma ilha em relação a todas estas asserções de visões sobre a participação, com vista a dar a melhor resposta sobre as estratégias e acções de desenvolvimento, o país teve que absorver estas iniciativas, passando a integra-las nos instrumentos legais.

No contexto de desenvolvimento, o país registou vários investimentos nas últimas décadas e que resultaram em processos de reassentamento, como o caso da criação do (PNL) no ano de 2001, como parte integrante do Projecto do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo.

Segundo Cérnea (1997), a magnitude e a frequência do desenvolvimento relacionado com os deslocamentos fazem com que o reassentamento involuntário (RI) seja um problema de grande relevância mundial, onde cerca de 10 milhões de pessoas são reassentadas anualmente devido a construção de infra-estruturas.

Esta realidade, faz se repercutir em muitos países africanos e Moçambique não é excepção, pois, com frequência ocorrem os processos de reassentamentos involuntários, movidos por diversos interesses justificados pelo desenvolvimento. É neste contexto, que é desenvolvida a presente pesquisa subordinada ao tema: Participação da Comunidade no Processo de Reassentamento no distrito de Massingir no PNL no período de 2005 a 2019.

Justificativa

A motivação para a escolha do tema, deveu-se ao facto de ter-se constatado que muitos agregados familiares nas zonas rurais onde ocorreram processos de reassentamento involuntário (RI), os índices de pobreza continuam acentuados, facto deverás influenciado pela exclusão dos beneficiários nos processos da tomada de decisão.

Esta realidade se não for mitigada pode constituir um bloqueio para o desenvolvimento das comunidades, visto que pode aumentar a vulnerabilidade de alguns grupos sociais, resultando em desemprego, fome, desnutrição e mortalidade.

A delimitação do período de 2005 é pelo facto de se tratar do período no qual foi criado o principal comité das principais partes interessadas constituído pelo Governador provincial de Gaza na qualidade do presidente do comité, director do PNL, três administradores distritais, 8 líderes das comunidades afectadas pelo processo de reassentamento, 9 líderes das aldeias anfitriãs e um representante das organizações não governamentais (ONGs), todos eles com objectivo de orientar e monitora o reassentamento da população a viver no vale do

Chigwedzi no interior do PNL, enquanto que o período de 2019 constitui um período de sete anos após a finalização do pagamento das compensações, pelo que este período pode representar o início da avaliação do impacto socioeconómico do processo de reassentamento na comunidade.

A nível social a pesquisa traz o seu contributo na medida em que permite analisar em que medida a comunidade de Macavene, no PNL participou no processo de reassentamento e pelo facto de permitir uma melhor compreensão do impacto socioeconómico dos processos de reassentamento. A nível científico a presente pesquisa tem em vista levantar debates académicos em relação ao desenvolvimento das comunidades, especificamente no contexto de participação nos processos de reassentamento.

O resultado de uma intervenção justificada pelo desenvolvimento tem em vista mudanças e qualidade de vida melhorada dos beneficiários do programa ou projecto, de modo a responder os objectivos que impulsionaram a sua intervenção, portanto, é fundamental compreender os procedimentos participativos inerentes a essa intervenção, de modo a influenciar futuramente as melhores formas de viabilização das estratégias de desenvolvimento.

Problema de Pesquisa

A participação constitui um dos importantes conceitos para uma comunidade que precisa melhorar a sua qualidade de vida, ou seja, a participação pode facilitar o desenvolvimento de uma consciência crítica da população, pode aumentar a possibilidade de resolver ou encontrar soluções dos problemas existentes e pode também ajudar a encontrar soluções para os problemas e desafios do dia a dia.

Existe uma inquietação e preocupação contínua de que os processos participativos sejam cooptados para agendas que são de facto rigidamente controladas e centralizadas (Christopoulos, 1995, citado por Mikkelsen, 2005).

As metodologias participativas objectivam a conscientização, o empoderamento, a mobilização das pessoas para a necessidade de transformação e a associação a um paradigma de desenvolvimento mais democrático, equitativo, inclusivo e pluralista (McGee, 2002 citado por Mikkelsen, 2005).

O envolvimento da comunidade no processo de tomada de decisão e análise de problemas

que os afecta, constitui um pressuposto para alcançar o desenvolvimento sustentável a longo prazo porque as pessoas têm uma aposta no seu sucesso (Dinbabo, 2003).

Segundo Cérnea (1997), 10 milhões de pessoas são reassentadas anualmente devido a construção de infraestruturas diversas, a comunicação entre os planificadores e reassentados é fundamental para a eficácia e viabilidade de todas actividades de mitigação de riscos que possam advir destes processos. Todavia, este processo nem sempre é acompanhado de uma participação activa das comunidades afectadas, facto que pode condicionar o processo de desenvolvimento dessas comunidades.

Sob ponto de vista do Smith (1994), a ausência ou falha na comunicação entre os intervenientes nos processos, pode resultar numa “participação reversiva”, isto é, movimentos de oposição activa contra o desenvolvimento do programa.

Embora as comunidades estejam cada vez mais envolvidas, ou seja, a participarem nos vários estágios de projectos de desenvolvimento, permanecem ainda questões sobre se a sua inclusão constitui uma participação activa e se a capacidade das pessoas envolvidas foi aumentada de maneira a permitir que elas possam conduzir da melhor forma os destinos das suas vidas em colaboração com outros intervenientes (Duraiappah, Roddy e Parry, 2005).

Programas que os investidores lidam directamente com pessoas reassentadas conduzem aos melhores resultados, porque os casos de negociações indirectas por meio de representantes ou autoridades superiores da comunidade, frequentemente levam a compensações aparentemente injustas e captura da elite pela compensação (World Bank, Japan Gov and UNCTAD, S/d).

Embora se considere que as comunidades sejam homogéneas, os riscos nos processos de desenvolvimento são assumidos por diferentes grupos de pessoas, portanto mitigar os riscos de alguns, pode também aumentar a vulnerabilidade de outros, entretanto, é fundamental a participação de todos os segmentos da comunidade nos processos de desenvolvimento (Lin, 2006).

Não obstante, Moçambique devido a sua diversidade de recursos naturais é também frequentemente atingido por estes processos de desenvolvimento relacionados com deslocamentos que no entanto, necessitam de reassentar pessoas em outros lugares para dar espaço a utilização desses recursos e as comunidades rurais são as que mais sofrem os impactos dos processos, pelo facto de terem na sua maioria os recursos naturais como fonte

de sobrevivência, através do cultivo da terra, pesca, pecuária, entre outros.

Esta realidade pode assumir maiores proporções e ter impactos negativos mais evidentes, quando essas deslocções não são resultado de uma decisão individual ou colectiva, mas sim fruto de uma acção que obriga a movimentos não desejados e nem planificados com tempo (Saide, *et al.*, 2012).

Em Moçambique, o decreto 15/2000, advoga que as autoridades locais articulem, ou seja, envolvam as comunidades locais em diferentes áreas, conforme as necessidades de serviços, com vista a não condicionar as necessidades básicas de vida e de desenvolvimento local (Conselho de Ministros, 2000).

Mesmo com estas visões, os projectos e programas em Moçambique ainda continuam a ser pensados com abordagens de cima para baixo, colocando as comunidades locais em posição sem voz nas decisões e muito menos a sua participação nos estágios dos programas.

No contexto do reassentamento, um estudo realizado por Saide, *et al.* (2012), concluiu que o processo negocial de reassentamento levado a cabo na cidade Maputo, que envolveu a construção da segunda faixa da avenida Joaquim Chissano, foi unilateral, facto que levou a população a não se sentir parte integrante do projecto.

Embora os instrumentos legais em Moçambique, como a Constituição da República de Moçambique (CRM) e outros referenciados no panorama legal do processo participativo em Moçambique na página 11, que legitimam a participação das comunidades nos processos de desenvolvimento nas zonas rurais, estas comunidades ainda são sub-representadas pelos líderes locais, que em muitos casos são indicados pelas estruturas locais e como consequência, os anseios da comunidade são deixados no último plano, minando desta forma o desenvolvimento dos mesmos.

Segundo Lillywhite, Kemp e Sturman (2015), num estudo realizado em Moçambique, especificamente sobre o processo de reassentamento, embora seja no contexto de actividade mineira, mostrou didências no processo participativo e inclusivo. Segundo o estudo, os

entrevistados mostraram total frustração pela forma como o reassentamento foi concebido, visto que eles não fizeram parte dos consultados e muito menos participaram do processo, o que culminou com a não integração das preocupações prioritárias da comunidade. Esta realidade mostra que os processos de reassentamento em Moçambique, em muitos casos não são acompanhados pela participação das comunidades visadas.

Vários estudos também foram realizados no PNL, todavia, importa destacar o trabalho de Quive, Chilundo e Mutisse (2013), com referência a análise da participação dos comités locais na gestão das áreas de conservação das áreas protegidas, o estudo concluiu que a degradação das áreas protegidas se torna mais provável quando as comunidades locais são excluídas na gestão.

Sob ponto de vista da Witter (2013), também num estudo realizado no PNL, defende que no estágio inicial e final do desenho do processo de reassentamento pode ocorrer uma fraca participação da comunidade devido a limitações da sua capacidade, poder de tomada de decisões e criação de uma estrutura de participação comunitária centrada na conservação em detrimento dos residentes do parque.

O outro estudo também realizado no PNL, que merece destaque na presente pesquisa é do Givá (2016), com foco no entendimento da conservação e dinâmica da subsistência das comunidades na zona tampão, embora este tenha concluído a existência de um potencial para criação de instituições capazes de permitir a longo prazo o envolvimento de diferentes actores em diferentes níveis, também referência alguns constrangimentos na gestão, através da negligência do custo real e a luta incorrida pelas comunidades quando uma área é estabelecida com base na presunção irreal de que a renda baseada no turismo compensaria todos os custos.

A comunidade reassentada apresenta índices de pobreza e vulnerabilidade acentuados, mesmo tendo-se beneficiado do programa de reassentamento. Esta realidade é condicionada pela insuficiência de infraestruturas e serviços básicos capazes de atender às necessidades da comunidade reassentada, com o agravante de não se vislumbrarem alternativas de fontes de renda para o sustento familiar.

Os autores acima descritos, não fazem referência as abordagens participativas de forma específica, mas fazem menção aos constrangimentos que podem advir em caso de

fragilidades no processo de comunicação e inclusão de todos intervenientes.

Desta forma, a compreensão das abordagens participativas no processo de reassentamento da comunidade de Macavene no PNL constitui o objecto de estudo na presente pesquisa, tendo como pressupostos, o facto de existirem poucos estudos sobre esta temática.

Pergunta de Pesquisa

É neste conjunto de estratégias de desenvolvimentos com enfoque na participação, ou seja, envolvimento dos indivíduos, que assenta a presente pesquisa e para a sua consecução levanta-se a seguinte pergunta de partida: que abordagens participativas foram usadas no processo de reassentamento da comunidade de Macavene no PNL, distrito de Massingir?

Hipóteses de Estudo

No contexto da pesquisa, prosseguiu-se com as seguintes hipóteses: i) o processo participativo no reassentamento da comunidade de Macavene no distrito de Massingir, apenas envolveu os líderes locais e pessoas influentes da comunidade, facto que impossibilitou as comunidades de colocarem as suas visões e perspectivas de desenvolvimento; ii) o processo de reassentamento da comunidade de Macavene no distrito de Massingir não possibilitou a redução dos índices de pobreza e vulnerabilidade da comunidade reassentada.

Objectivos da Pesquisa

A presente pesquisa tem por objectivo, analisar as abordagens participativas usadas no processo de reassentamento da comunidade de Macavene no PNL, distrito de Massingir. De modo específico pretende-se com a pesquisa:

- Identificar os actores da comunidade envolvidos no processo de reassentamento;
- Descrever as formas de participação usadas no processo de reassentamento;
- Analisar os factores que influenciaram a participação da comunidade de Macavene no processo de reassentamento, e por último;
- Analisar o impacto socioeconómico do processo de reassentamento na comunidade de Macavene.

Abordagem Teórica e Metodológica

Em relação a abordagem teórica a pesquisa assenta sob a teoria de estruturação de Giddens

(2000) e tem o suporte na teoria orientada aos actores de Norman Long (2001). A nível metodológico, a abordagem usada é qualitativa, por esta permitir a percepção dos sentimentos, emoções, crenças e opiniões do grupo alvo. O método utilizado é o estudo de caso, por permitir a compreensão dos fenómenos sociais complexos, preservando as características gerais e significativas dos eventos da vida real.

Estrutura do Trabalho

Para melhor compreensão, a pesquisa obedece a seguinte estrutura: a introdução, onde é apresentado o tema, a justificativa, o problema e a respectiva pergunta de pesquisa, as hipóteses, os objectivos, a abordagem teórica e metodológica; de seguida o primeiro capítulo, onde é feita a contextualização da pesquisa e dá-se a conhecer o contexto histórico da participação nos processos de desenvolvimento e tipologia de participação no desenvolvimento da comunidade.

O segundo capítulo faz referência ao enquadramento teórico e conceptual, onde é feita a apresentação e discussão das teorias que orientam a pesquisa, definição dos conceitos-chave e a respectiva operacionalização.

O terceiro capítulo prossegue com a metodologia usada, com destaque ao tipo de estudo, método de pesquisa, descrição da área de estudo e do universo populacional, a amostra e a amostragem, os critérios de seleção da amostra, os instrumentos usados na recolha de dados, as técnicas de análise e tratamento de dados, a validação e fiabilidade dos resultados, as questões éticas, constrangimentos e limitações da pesquisa. O quarto capítulo visa a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa do campo e de seguida, as conclusões da pesquisa, referências bibliográficas e por fim os apêndices e anexos.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente capítulo tem como finalidade a contextualização da pesquisa e encontra-se subdividido em dois subtópicos a saber: contexto histórico da participação das comunidades nos processos de desenvolvimento e tipologia de participação no desenvolvimento da comunidade.

1.1. Contexto Histórico da Participação nos Processos de Desenvolvimento

São vários os debates sobre as estratégias para assegurar o desenvolvimento económico, ambiental, social e cultural de forma sustentável. Para que isso aconteça é necessário que a comunidade interessada possa participar na promoção de acções locais, daí a importância do seu envolvimento no processo. Na presente pesquisa, o contexto histórico da participação no processo de desenvolvimento, é relatado a partir do final da segunda guerra mundial.

No início do período pós-colonial, os Estados Unidos de América através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e outros doadores, começam a impulsionar a primeira onda de interesse sobre o desenvolvimento participativo através de financiamento e promoção de instituições cooperativas de base comunitária (Mansur e Rao, 2013).

Em contrapartida, na década de 1970, o interesse em desenvolvimento participativo diminuiu quando se constatou que as cooperativas estavam a falhar amplamente devido o uso de abordagem de cima para baixo. Nos meados da década de 1980, esta abordagem foi criticada por activistas e estudiosos por intenderem-na como tendenciosa e contra interesses dos pobres (Mansur e Rao, 2013).

O mesmo ponto de vista sobre a crise da abordagem na década de 1970 é relatado pelo Huesca (2008), onde afirma que o paradigma dominante de desenvolvimento foi submetido a questionamentos e críticas de longo alcance na década de 1970 por estudiosos e praticantes de várias disciplinas e de todo o mundo devido às premissas, objectivos, métodos de modernização e suas abordagens de comunicação participativa usada.

Economistas como Sen e Ostrom começam a defender vigorosamente uma visão de baixo para cima e uma visão deliberativa do desenvolvimento que permitisse um senso comum e capital social das comunidades para desempenhar um papel fundamental nas decisões que afectam as suas vidas (Mansur e Rao, 2013).

Apenas na década de 1990 a participação no desenvolvimento veio a ser popularizada nos discursos e nas práticas de muitas organizações de desenvolvimento, como nova estratégia de abordar o desenvolvimento, o que daria aos pobres mais voz e escolha no desenvolvimento (Cornwall, 2006).

Esta nova abordagem de desenvolvimento precisaria de um ajuste estrutural. Este ajuste evidenciou-se na década de 1990 e os doadores começaram a financiar activamente estas novas abordagens participativas, com objectivo de garantir níveis mínimos de investimento em serviços públicos e infraestruturas em programas sociais para proteger os pobres (Mansur e Rao, 2013).

Em Moçambique a discussão sobre a participação no processo de desenvolvimento teve origem a partir dos finais da década de 1990, facto que resultou das transformações políticas, económicas e sociais introduzidas como emenda na Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990, alterando desta forma, o poder centralizado (Simione e Ckagnazaroff, 2017).

Os discursos da participação emergiram sucedendo basicamente os cenários de reforma do poder socialista e regime do partido único, estabilização política social promovida pela assinatura de acordo geral de paz em 1992, e por último, como resultado da emenda da CRM em 1996 e implementação da descentralização do tipo municipalização (Simione e Ckagnazaroff, 2017).

Com a emenda feita na CRM, vários instrumentos normativos visando orientar os cidadãos sobre os seus direitos e ao mesmo tempo regular o seu funcionamento foram revistos, com vista a adequar a esta nova realidade do poder descentralizado para assegurar a implementação dos modelos participativos.

A título de exemplo, a Lei 6/79, de 3 de Julho, neste caso a Lei de Terras foi um dos instrumentos revistos de forma a adequá-la á nova conjuntura política, económica e social com vista a garantir o acesso e a segurança da posse de terra aos camponeses, cidadãos singulares e aos investidores interessados.

Em 2008 o Conselho de Ministros através do decreto 23/2008 aprova o Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, que por sua vez, veio dar suporte aos processos de participação garantindo desta forma, a participação das comunidades locais e pessoas colectivas pública e privadas ao longo da elaboração, execução, alteração e revisão dos instrumentos de ordenamento do território a todos níveis (Conselho de Ministros, 2008).

Instrumento	Artigo	Enunciado
Constituição da República de Moçambique -2004	263 No 2	No seu funcionamento, os órgãos locais do Estado, promovendo a utilização dos recursos disponíveis, garantem a participação activa dos cidadãos e incentivam a iniciativa local na solução dos problemas das comunidades
Decreto 31/ 2012	Artigo 4	Princípio de participação pública - No processo de reassentamento deve-se garantir a auscultação das comunidades locais e outras partes interessadas e afectadas pelas actividades
Lei 2/1997	Artigo 28	No desempenho das suas funções, os órgãos das autarquias, poderão auscultar as opiniões e sugestões das autoridades tradicionais, reconhecidas pelas comunidades como tais, de modo a coordenarem com elas a realização das actividades específicas das referidas comunidades
Decreto 15/2000	Artigo 2	No desempenho das suas funções administrativas, os órgãos locais do Estado deverão articular com as autoridades comunitárias, auscultando opiniões sobre a melhor maneira de mobilizar e organizar a participação das comunidades locais, na concepção e implementação de programas e planos económicos, sociais e culturais, em prol do desenvolvimento local.
Lei 6/1979	Artigo 24	Nas áreas rurais, as comunidades locais participam: a) na gestão dos recursos naturais; b) na resolução dos conflitos, c) no processo de titulação.
Decreto 11/2005	Artigo 20	No âmbito de participação e consulta compete ao Governador Provincial, criar ao nível do respectivo território, organismos consultivos em matéria económica e social para garantir os operadores destes sectores.
Decreto 31/2012	Artigo 13	A participação pública é garantida ao longo de todo o processo de elaboração e implementação dos planos de reassentamento.

Decreto 23/2008	Artigo 9	A participação pública dos cidadãos, comunidades locais e pessoas colectivas, públicas e privadas, é garantida ao longo de todo o processo de elaboração, execução, alteração e revisão dos instrumentos de ordenamento territorial. A participação pública inclui a consulta e a audiência pública e compreende: a) Pedidos de esclarecimento; b) Formulação de sugestões e recomendações; c) Intervenções em reuniões públicas; d) A solicitação da realização de audiências públicas
-----------------	----------	---

Tabela 1. Panorama Legal do Processo Participativo em Moçambique

A participação ao longo da história experimentou diferentes abordagens de desenvolvimento que têm sido amplamente discutidas e promovidas a partir de meados da década de 1970. Essas abordagens surgiram como resposta a processos longos de planificação e ao mesmo tempo de cima para baixo em projectos de desenvolvimento rural e também pela falha do modelo de transferência de tecnologia em algumas áreas predominantes no período de 1960 até o início de 1980 (Neef, 2003).

A preocupação com o desenvolvimento rural não é recente, segundo Chambers (1992), nos anos 50 e 60 os países industrializados pensavam que o desenvolvimento rural era fácil e eles tinham todas as soluções para os países não industrializados, bastando para o efeito, introduzir tecnologias modernas. Todavia, estas teorias aos poucos foram perdendo espaço, pois, com base nos diagnósticos efectuados para identificar soluções corretas, estes mostraram que eram superficiais, onerosas e com informações incompletas e inúteis.

Além dos problemas com o diagnóstico, as avaliações mostraram que as tecnologias não eram adotadas por não serem apropriadas às condições reais das populações e de modo particular às dos pequenos agricultores e por outro lado, os especialistas não consideravam os factores socioeconómicos como por exemplo, mão-de-obra, posse de terra, disponibilidade de recursos, meios de comercialização, dentre outros (Garrafiel, Nobre e Dain, 1999).

A primeira abordagem conhecida como Diagnostico Rural Rápido (DRR) teve o seu início nos anos de 1970, onde seminários eram realizados no Instituto de Desenvolvimento de Estudos da Universidade de Sussex sobre o turismo de desenvolvimento rural, de modo a buscar-se melhores maneiras para os externos apreender sobre a vida e condições do mundo rural (Chambers, 1994).

O DRR tinha como finalidade colectar dados da população local em primeira mão sobre suas percepções de seus ambientes locais e condições de vida na área rural; o DRR era realizado em forma de *workshop* de 1 a 3 dias com a população local, portanto, esta abordagem com o tempo mostrava limitações, visto que era só extrativo e o papel da população local limitava-se a fornecer informações, enquanto o poder de decisão sobre o uso dessas informações permanecia nas mãos de terceiros (Chambers, 1992).

As técnicas usadas no DRR, podem ser eficazes na colecta oportuna de informações relevantes, mas por outro lado, este método continua profundamente a ser um método extrativo dirigido externamente, onde as informações colectadas são retidas e avaliadas por terceiros e não pelas comunidades envolvidas no programa (Duraiappah, Roddy e Parry, 2005).

Já no período da década de 1980, as Organizações Não Governamentais (ONGs) que operavam ao nível da base, por notarem algumas lacunas na abordagem, começaram a usar o DRR para apresentar outras abordagens mais ajustadas chamadas Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

O DRP surgiu na década de 1980 e envolve a abordagem de participação directa dos membros da comunidade na planificação rural, usando diferentes técnicas como diagramas e mapas, baseando-se no DRR, mas já com uma direcção mais holística através da inclusão da perspectiva da comunidade (Duraiappah, Roddy e Parry, 2005).

O DRP usa métodos semelhantes aos DRR, mas com filosofia e propósito subjacente diferente, o DRR visava extrair informações num único evento, enquanto o DRP seguia as preocupações e interesses das pessoas; os escritórios de DRP eram facilitadas por equipas treinadas e podiam levar vários dias, 3 a 6 dias. Por outro lado, o DRP partilhava com a comunidade os resultados das análises, decisões e o plano do trabalho (Garrafiel, Nobre e Dain, 1999).

O DRP foi definido como uma família de abordagens, métodos e ferramentas projectadas para permitir que as comunidades possam formular e analisar a sua situação a fim de planificar, agir, monitorar e avaliar as suas acções (Chambers 1994).

O foco do DRP reflete-se nos princípios de que conhecimento é poder e enfatiza a garantia de que o conhecimento decorrente de uma intervenção participativa é compartilhado, e ao

mesmo tempo pertence a população local, portanto, desta forma o conhecimento local é reforçado e o monopólio da informação retida pelos externos é quebrado (Duraiappah, Roddy e Parry, 2005). O DRP transforma os pesquisadores ou implementadores de programas em alunos que devem ouvir e aprender por via da comunidade local, sendo desta forma obrigados a respeitar as capacidades intelectuais locais.

Foi no contexto do DRP, que se construiu a capacidade da população rural de analisar as suas condições de vida, potencialidades e seus problemas para decidir activamente sobre as mudanças, que também vieram a culminar com a aprendizagem mútua que se refletiu na nova abordagem de Aprendizagem e Acção Participativa (PLA) no início de 1990, com a crença filosófica de que os sucessos anteriores de indivíduos e comunidades, constituem uma base sólida para o sucesso no futuro (Duraiappah, Roddy e Parry, 2005).

Em relação a sua importância, as abordagens participativas podem ser utilizadas para incorporar ideias das pessoas nos planos de desenvolvimento ou de pesquisa, onde aceitação do conhecimento local para enfrentar os problemas locais pode tornar esses planos mais efectivos e aumentar o domínio do grupo alvo sobre os processos de desenvolvimento, contribuindo desta forma, para a sustentabilidade das actividades e resultando em maior impacto (Boef e Thijssen, 2007).

Exigências massivas são feitas sobre as abordagens participativas para o desenvolvimento, sendo estas justificadas em termos de garantir maior eficiência e eficácia do investimento em assegurar a sustentabilidade das intervenções através do envolvimento adequado dos beneficiários (Cleaver, 1999).

É importante notar que o desenvolvimento da comunidade tem dois objectivos (dois propósitos): primeiro para melhorar a qualidade de vida de todos os membros da comunidade e segundo, envolver todos os membros da comunidade no processo; ademais, a eficácia e sustentabilidade do desenvolvimento da comunidade depende do nível de participação das pessoas e das agências envolvidas (Nikkhah e Redzuan, 2003, p. 171).

A crescente aceitação de abordagens participativas para o desenvolvimento, reflecte uma contínua crença em uma abordagem de baixo para cima na qual os participantes se tornam agentes de mudanças, com espaço para tomarem decisões, onde a participação dos mesmos é vista como um meio que exerce maior influência e com controlo sobre as decisões que afectam as suas vidas (Duraiappah, Roddy e Parry, 2005).

1.2. Tipologia de Participação no Desenvolvimento da Comunidade

As formas de participação que podem ser usadas para o desenvolvimento da comunidade são várias, variam também de acordo com as abordagens de cada autor em integrá-las na sua análise, como também no seu trabalho.

Na visão do Cohen e Uphoff (1980), no seu quadro analítico consideram que a participação deve ser vista em quatro dimensões, designadamente: (1) participação na tomada de decisões, (2) participação na implementação, (3) participação em benefícios e (4) participação na avaliação.

Dentre estas dimensões, importa destacar a tomada de decisão, que é um tipo de participação centrada na geração de ideias, na formulação e avaliação de opções e na tomada de decisões, incluindo a formulação de planos para pôr em prática as opções seleccionadas; por outro lado, destaca-se a implementação, onde geralmente a população rural pode participar nas etapas de implementação de um projeto de três maneiras principais: (i) contribuições de recursos; (ii) esforços de administração e coordenação; e (iii) actividades de alistamento do programa (Cohen e Uphoff, 1980).

Na mesma ordem de ideias destaca-se a participação por benefícios, onde a integração em um projecto pode levar a pelo menos três tipos de benefícios possíveis: (i) material; (ii) social; e (iii) pessoal, e por último destaca-se a participação na avaliação que geralmente é centrada no projecto e tem como objectivo aferir o grau das metas traçadas e sobretudo, o impacto das acções implementadas no âmbito do projecto (Cohen e Uphoff, 1980).

Ainda no contexto da tipologia de participação da comunidade no desenvolvimento, Mikkelsen (2005, p. 59-60) identifica 10 dimensões de participação: participação passiva; participação apenas para ser informante; participação por consulta; participação por material incentivos; participação funcional; participação interactiva; automobilização catalisando mudanças; *optimum* e participação por manipulação.

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Este capítulo tem em vista a apresentação e discussão das teorias que alimentam a pesquisa e a discussão dos principais conceitos e a sua respectiva operacionalização.

2.1. Enquadramento Teórico

O presente tópico tem como finalidade dar a conhecer as teorias que sustentam e fornecem suporte a pesquisa, garantido deste modo o seu enquadramento científico, tornando a pesquisa lógica e válida do ponto de vista científico.

2.1.1. Teoria de Base

A presente pesquisa assenta sob a teoria de Estruturação de Giddens (2000), a qual enfatiza uma reciprocidade entre a estrutura e acção, onde a acção e estrutura não podem ser analisadas separadamente, pois as estruturas são criadas, mantidas e alteradas por meio de acções (agentes), enquanto as acções ou agentes empregam as regras sociais adequadas à sua cultura, aquelas que aprenderam por meio da socialização e da experiência.

Esta teoria mostra como ocorre a interação entre a estrutura e acção (agentes), ao mesmo tempo defende a necessidade do respeito mútuo, pela importância de ambos nos processos inerentes ao desenvolvimento. Considera existir uma interdependência na relação entre os intervenientes, onde a existência de uma parte é fundamental para a existência da outra, embora, considere também que os agentes são constrangidos pela estrutura quando não observados os pressupostos da relação. A estrutura consiste em regras e recursos que envolvem a acção humana, assim as regras impostas pela estrutura em algum momento restringem as acções dos indivíduos, embora em outros casos a estrutura também fornece regras que permitem que novas acções ocorram, desta forma, a estrutura não pode ser concebida como simplesmente colocando restrições sobre a agência humana, mas como habilitadora.

Ao se fazer um entrosamento da teoria do Giddens (2000) na pesquisa, de modo particular no processo de reassentamento no PNL, percebe-se com esta teoria, a necessidade da estrutura (proponentes) criar condições para que os agentes (comunidades beneficiárias) possam de forma activa, consciente e com base nas suas experiências, necessidades e expectativas tomarem decisões que permitam o desenvolvimento social e garantia do seu bem-estar. Os agentes empregam as regras sociais adequadas à sua cultura, aquelas que aprenderam por

meio da socialização e da experiência, estas regras juntamente com os recursos à sua disposição, são usadas nas interações sociais com a estrutura.

Neste sentido, o PNL e o Governo (estruturas) não podem entender o processo de reassentamento como um processo em que eles são os únicos intervenientes capazes de ditar regras para resolver os problemas da comunidade (agentes) reassentada, mas sim devem compreender que a comunidade é um parceiro no processo, capazes de interagir com ela e esta livre de colocar as suas visões baseadas nas experiências e conhecimentos locais.

2.1.2. Teoria Auxiliar

Para complementar a teoria de Estruturação do Giddens recorreu-se a teoria de abordagem orientada aos actores de Norman Long. A teoria de Long (2001) foi definida como auxiliar por considerar que os diferentes actores sociais não são destinatários passivos de intervenções, mas sim participantes activos com capacidade de criarem estratégias através de suas interações sociais e instituições. A noção do actor de Long, é entendida como a noção de agência na perspectiva do Giddens (2000), que esta mesma agência é resultado de um processo reflexivo dos actores a partir de sua capacidade de trazerem as diferentes situações pela consciência e reflectirem suas escolhas. O Giddens considera esta agência humana como centro da perspectiva do actor.

Esta teoria preconiza também que todas as formas de intervenção externa entram necessariamente na vida dos indivíduos e grupos sociais afectados e desta forma são mediadas e transformadas por esses actores e estruturas, no entanto, a medida em que as redes sociais e as forças remotas alteram as chances de vida e o comportamento dos indivíduos, eles só podem o fazer moldando directa ou indirectamente as experiências e percepções da vida quotidiana dos indivíduos e grupos interessados (Long, 2001).

A teoria de Long (2001), mostra também que as comunidades devem ser consideradas actores principais dos programas de desenvolvimento e neste caso específico, no processo de reassentamento, a partir da concepção do programa, implementação, monitoria e avaliação, com vista a garantir a sustentabilidade do programa, ou seja, as comunidades devem estar envolvidas nas decisões que afectam suas vidas com vista a ganharem confiança, auto-estima, conhecimentos e novas habilidades.

Ainda no contexto desta teoria, o governo e o PNL não podem apenas impor as suas visões de

desenvolvimento às comunidades afectadas, mas sim olhar para elas como intervenientes-chave do processo, capazes de pensar e contribuir positivamente para o seu bem-estar.

2.2. Enquadramento Conceptual

O debate teórico em volta da participação das comunidades no processo de reassentamento coloca muitos desafios, desta forma é indispensável a discussão de conceitos-chave para este processo. É neste contexto que o presente tópico pretende trazer uma discussão em volta dos seguintes conceitos: (i) participação, (ii) reassentamento), (iii) desenvolvimento, (iv) comunidade, (v) desenvolvimento comunitário e (vi) pobreza.

2.2.1. Participação

A participação é um conceito rico que significa coisas diferentes para pessoas diferentes em ambientes diferentes, o que significa que é um conceito complexo e aplicável em diferentes contextos, havendo, no entanto, a necessidade de clarificar a abordagem a ser usada em cada estudo.

Olhando para a história, a participação no tempo de Aristóteles era uma questão de votar, ocupar cargos, comparecer a reuniões públicas, pagar impostos e defender o estado, onde se esperava que aqueles que obteriam os benefícios da cidadania arcassem com os custos de manutenção da esfera pública e vice-versa (Cohen e Uphoff, 1980).

Para World Bank (1996), a participação é um processo através do qual as partes interessadas influenciam e compartilham o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que as afectam.

Na visão do Cohen e Uphoff (1980), a participação é essencialmente um termo descritivo, incluindo inúmeras actividades e situações diferentes, portanto, é necessário ser bastante específico sobre o que se pretende dizer sobre ela em relação a qualquer tipo particular de esforço de desenvolvimento rural. Por conseguinte, os autores na sua definição olham a participação como um processo abrangente que deve considerar componentes de tomada de decisão, implementação, benefícios, avaliação e monitoria.

Para Burns, *et al.* (2004) a participação diz respeito ao envolvimento de indivíduos e comunidades nas decisões sobre coisas que afetam suas vidas, onde todos desempenham um papel fundamental activo com grau de poder e influência.

A luz dos conceitos de diferentes autores acima apresentados, embora com algumas semelhanças nas abordagens, todavia, olhando para a pertinência e rigor da pesquisa, destaca-se relevante e oportuno o uso do conceito de Cohen e Uphoff (1980) nas suas quatro dimensões por serem relevantes neste estudo nomeadamente: (i) participação na tomada de decisões (decisões iniciais, decisões em progresso e decisões operacionais).

As decisões iniciais começam com a identificação das necessidades locais e como elas serão abordadas por meio de um projeto específico, como a identificação do local do projecto, as formas de financiamento e pessoal, os caminhos pelos quais indivíduos e grupos participarão do projeto e as contribuições que eles são esperados para fazer. Uma vez o projecto em progresso será importante buscar novas necessidades e prioridades as quais o projecto pode responder, desta forma é preciso integrar mais uma vez a comunidade para que possa contribuir no processo. Nas decisões operacionais, o foco é em associações voluntárias, cooperativas, associações tradicionais, clubes de mulheres e outras organizações envolvidas nas actividades substantivas do projeto.

(ii) participação na implementação, a população rural pode participar dos aspectos de implementação de um projeto através de contribuições de recursos, esforços de administração e coordenação e actividades de alistamento do programa;

(iii) participação em benefícios, são basicamente bens públicos caracterizados como serviços ou amenidades, como escolas, clínicas de saúde, sistemas de água, moradias melhoradas e estradas melhores e

(iv) participação na avaliação, esta participação consiste em emitir opinião sobre o projecto ou sugerir alguma melhoria com base nas constatações.

2.2.2. Reassentamento

O reassentamento é um processo que resulta do deslocamento físico das pessoas, que pode ser imposto pela aquisição ou restrições no uso da terra. O reassentamento pode ser involuntário quando as pessoas afectadas, ou as comunidades não têm o direito de recusar a aquisição de terras ou restrições sobre o uso da terra que resulta em deslocamento (World Bank, 2017).

De acordo com o Decreto nº 31/2012, o reassentamento pode ser entendido como um processo

que envolve a deslocação ou transferência da população que vive numa determinada área de um ponto para o outro do território nacional, abrangida por uma determinada actividade pública ou privada que seja susceptível a sua retirada (Conselho de Ministros, 2012).

Embora os conceitos acima referenciados sejam comuns sob ponto de vista de tirar e assentar as pessoas, contudo o conceito apresentado pelo World Bank (2017), torna-se relevante para a pesquisa pois o reassentamento para além do deslocamento físico, é também considerado como um processo involuntário onde a comunidade pode não ter opção de recusa a aquisição da terra ou restrições impostas.

2.2.3. Desenvolvimento

O entendimento sobre o desenvolvimento, por muito tempo foi sinónimo apenas de crescimento económico, que se expressa através do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita*, ligado a industrialização e ao avanço tecnológico, mas sim, hoje o desenvolvimento passou a incorporar outros aspectos, como sociais, de saúde, habitação, dentre outros (Pinto, S/d).

O paradigma sobre desenvolvimento veio a conhecer outra mudança com a realização da conferência das Nações Unidas sobre o ambiente, que ficou conhecida como conferência do Rio em 1992, que por sua vez, alertou sobre a consciência do mundo para um desenvolvimento ambientalmente sustentável (World Bank, 1994).

Com este novo cenário, o desenvolvimento veio adicionar mais uma palavra “sustentável” na sua estrutura, portanto, muitos autores também foram dinâmicos a esta nova estrutura e passaram a olhar o desenvolvimento não apenas no conceito tradicional, mas com a nova designação, incluindo desta forma a palavra sustentável.

O desenvolvimento sustentável é aquele que responde as necessidades do presente, sem comprometer as habilidades das gerações futuras também satisfazerem as suas necessidades (United Nations, 1987).

Para o presente trabalho, o termo de desenvolvimento a ser usado será o desenvolvimento sustentável acima descrito, de autoria das Nações Unidas por causa da sua abrangência, isto é, olha para as necessidades de hoje, mas também não perde o foco para as gerações futuras, com enfoque também para a componente social, económica e ambiental.

2.2.4. Comunidade

Quando se fala da comunidade é importante que se clarifique em que contexto esta palavra está a ser usada, visto que este termo tem sido usado para vários contextos e com uma dimensão espacial diferenciada.

Na visão de Mocellim (2011), a comunidade é um conceito das ciências sociais, que por mais que o tempo passe, permanecem controversos, teorias após teorias, décadas após décadas, mesmo com as grandes mudanças assistidas no século XXI e após as mudanças drásticas que transformaram o mundo do século XX, não há ainda uma definição que seja hegemônica no debate sobre tal conceito.

A Lei de Terras (Lei No 19/1997) define comunidade local como agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns, através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (Assembleia da República, 1997).

Na perspectiva do Minar e Greer (2007), o conceito de comunidade é uma abstração complexa, geralmente não analisada, é sempre uma fonte de confusão, pois representa muitas coisas, e quando é usado com significados variáveis, muitos erros elementares se infiltram no discurso.

No contexto social a comunidade é tanto empiricamente descritiva para a estrutura social, quanto normativamente tonificada, ela se refere tanto à unidade da sociedade como ela é, no que concerne aos aspectos da unidade que são valorizados (Minar e Greer, 2007).

No contexto da pesquisa a comunidade é entendida como um grupo de famílias e indivíduos que vivem numa determinada circunscrição do território do nível de localidade, partilhando sentimentos, emoções, experiências e com laços muito forte de união com identidade de nós.

2.2.5. Desenvolvimento Comunitário

O termo desenvolvimento abrange uma transformação progressiva da vida das pessoas o que leva consigo a melhoria das condições de vida destas pessoas, tendo em consideração também a sustentabilidade destas transformações presentes nas pessoas.

Desenvolvimento comunitário pode ser definido como um processo, que consiste na habilidade de a comunidade agir colectivamente e ter a sua capacidade potenciada com intuito de melhoria das suas condições físicas, sociais e económicas (Philips e Pittman, 2015).

O desenvolvimento comunitário é um programa que visa melhorar a vida das pessoas em uma determinada área, através do seu envolvimento activo, voluntário e possíveis iniciativas da própria comunidade na construção de suas próprias vidas (Nikkhah e Redzuan, 2003).

Segundo World Bank (2005), o desenvolvimento comunitário é o processo de fortificação e eficácia das comunidades, melhorando a qualidade de vida das pessoas e permitindo a participação das mesmas na tomada de decisão, para obter maior controle das suas vidas a longo prazo.

Todavia, para que o desenvolvimento se efective é necessário envolver todas as pessoas visadas para que possam partilhar suas emoções e experiências, com vista a criação da sustentabilidade a longo prazo, portanto, neste panorama, a pesquisa orienta-se pelo conceito apresentado pelo World Bank, que olha o desenvolvimento comunitário como um processo de capacidade, melhoramento da qualidade de vida e inclusão.

2.2.6. Pobreza

A pobreza pode ser entendida de diferentes formas na vida das pessoas, podendo se resumir em falta de oportunidades de emprego, de aprender, de ter vida saudável, de segurança, renda, acesso a saúde, educação, habitação com qualidade, meio ambiente adequado e falta de liberdades diversas.

A pobreza em países em via de desenvolvimento frequentemente se refere a famílias que a renda ou consumo *per capita* é inferior a um determinado limite como um dólar por dia, embora estas definições tenham um mérito pelo padrão usado para definir o progresso, os mais pobres olham para a pobreza como não só resultante da condição financeira, mas também a falta de garantias básicas em muitas áreas como, emprego, habitação saúde e falta de participação na sociedade civil (Godinot e Wodon, 2006).

Sob ponto de vista de Townsend (1979, p. 31) citado por Santos (S/d), indivíduos, famílias e grupos da população estão em situação de pobreza quando carecem de recursos para obter vários tipos de alimentação, participar das actividades sociais e ter as condições de vida e

amenidades que são habituais nas sociedades a que pertencem.

A pobreza é mais que a falta da renda e desenvolvimento humano, mas sim também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação, portanto para enfrentar esta complexidade é preciso autonomia e participação local, nacional e internacional, através de mecanismos que possam proporcionar voz as mulheres e homens, especialmente os seguimentos mais excluídos da sociedade (World Bank, 2012, p. 12).

Na mesma senda sobre a pobreza Sen (1999), traz uma outra abordagem, concebendo-a como privação das liberdades básicas, ou seja, olha para a pobreza não só na perspectiva económica, mas também na perspectiva social e política, através da violação das liberdades elementares por meio de privação, destituição e opressão.

Por seu turno Costa (1984), considera que a pobreza é caracterizada não apenas por baixos rendimentos, mas também por carências em aspectos concretos de condições de vida como a alimentação, vestuário, habitação.

A diversidade sobre os conceitos da pobreza apresentados, mostra que não são todos igualmente relevantes e nem apresentam o mesmo grau de operacionalidade para a presente pesquisa, no entanto, para este estudo, o conceito usado pelo World Bank (2012), mostra-se mais relevante pelo facto de destacar a autonomia na participação e por ser mais abrangente, pelo que, a pesquisa assenta sobre este conceito.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

No presente capítulo pretende-se de forma minuciosa apresentar os métodos e técnicas utilizadas para a materialização da pesquisa. A presente metodologia permite uma melhor compreensão dos pressupostos que orientaram a pesquisa, incluindo os métodos para análise de dados.

3.1. Descrição da Área de Estudo e da População da Pesquisa

A comunidade reassentada residia na província de Gaza, no distrito de Massingir, posto administrativo de Mavodze, dentro da área do PNL na aldeia de Macavene, localizada ao longo da margem direita (oeste) do rio Shingwedzi, a 12 quilómetros da vila de Massingir Sede. Esta comunidade foi reassentada na aldeia de Banga, localizada no posto administrativo de Zulo situado a margem direita Sul do rio dos Elefantes, a jusante da Barragem de Massingir, a 17 km de Massingir Sede.

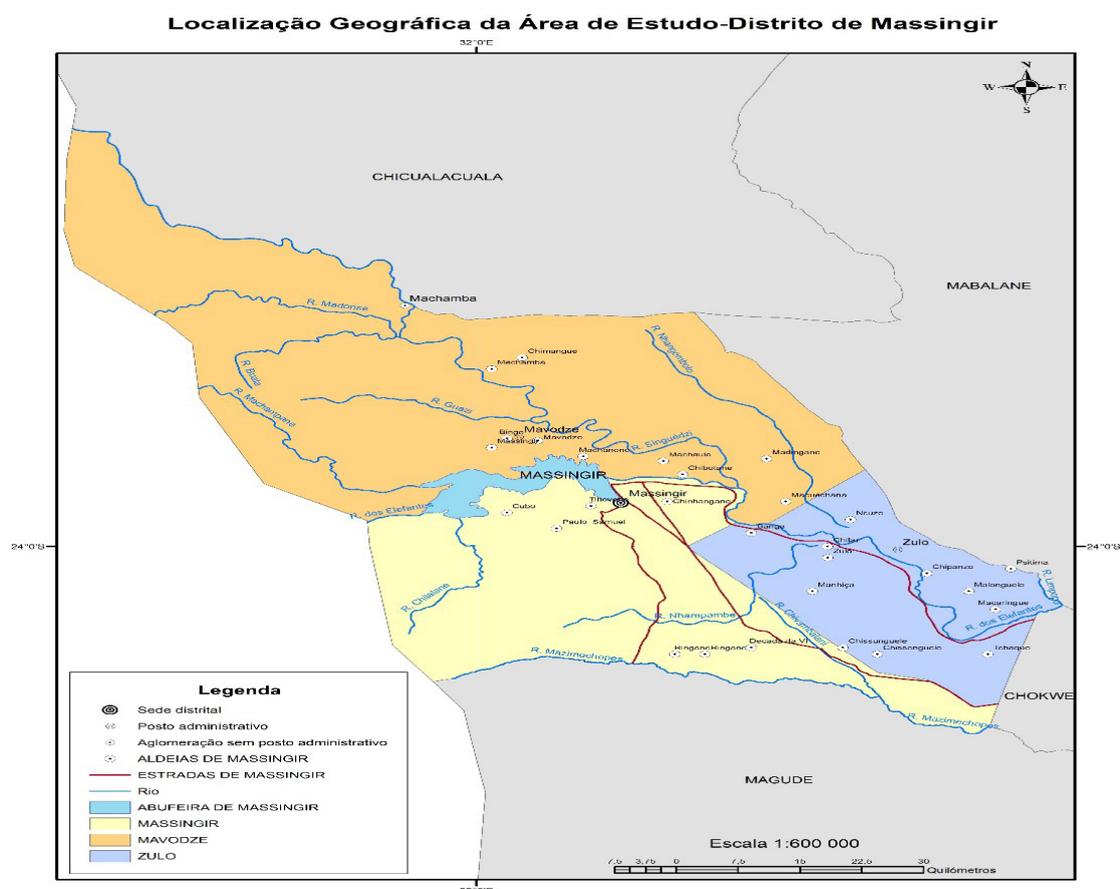


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo – Distrito de Massingir (Fonte: CENACARTA, 2020)

3.1.1. Características físicas e socio-económicas

A aldeia de Banga estava antes localizada às margens do rio Elefantes, mas foi destruída com inundações do ano 2000, o assentamento existente foi estabelecimento após a este período de cheias, os limites da aldeia nunca foram delineados oficialmente, com a excepção do Leste que faz fronteira com o rio Chitar (MICTUR, 2008).

A aldeia de Banga possui uma área principal de assentamento, uma área para a agricultura e outra destinada a pastagem de gado e colecta de recursos florestais para o sustento familiar; as características socio-económicas da comunidade de Banga são consideradas semelhantes a de aldeia de Macavene onde a população reassentanta residia; as principais fontes de receita provem de venda de excedentes de produtos agrícolas, negócios de produtos florestais e venda de gado. A agricultura é considerada o principal meio de subsistência para a maior parte das famílias, através da produção de milho, feijão, abóboras e melões; a pecuária também desempenha um papel importante na vida de muitas famílias em Banga, embora a posse de gado e o tamanho médio dos rebanhos não ser tao alto quanto a aldeia de Macavene (MICTUR, 2008).

O assentamento de Banga pode ser considerado moderno do que a aldeia de Macavene, por conter uma mistura de casas construídas com blocos e algumas feitas de barro e palha de campim. Além destas infra-estruras, a aldeia possui celeiros, cozinhas e currais.

3.1.2. Características socio demográficas

Tal como em Macavene, todos os habitantes de Banga pertencem à etnia Shangaan e falam a língua Shangaan, a língua portuguesa é falada em menor grau, o inglês é mais falado pelas pessoas mais velhas do que em Macavene, facto que pode ser influenciado pelos processos migratórios para a Republica da Africa de Sul.

3.2. Natureza do estudo

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, a escolha da pesquisa qualitativa, é por um lado, permitir a percepção dos sentimentos, emoções, crenças e opiniões do grupo alvo, e por outro lado, pelo facto desta permitir o contacto directo com a comunidade reassentada e dela melhor perceber os pressupostos que ditaram o seu envolvimento no processo de reassentamento.

De acordo com Laville e Dione (1999), a pesquisa qualitativa supõe o contacto directo e sequenciado do pesquisador com o ambiente e o facto que está sendo investigado, o que requer do pesquisador, um trabalho intensivo no local de pesquisa para vivenciar os factos e os actores inseridos em seu ambiente natural.

A pesquisa qualitativa descreve como os fenómenos estão absorvidos dos significados que o ambiente lhes outorga, rejeitando toda a expressão quantitativa e numérica, portanto, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenómeno num contexto (Triviños, 1987).

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Richardson (2008) advoga que o aspecto qualitativo pode estar presente nas informações colhidas por estudos quantitativos, não obstante perderem seu carácter qualitativo quando são transformados em dados quantificáveis na tentativa de assegurar a exatidão no plano dos resultados.

3.3. Método de Estudo

O método utilizado é o estudo de caso, que visa essencialmente compreender fenómenos sociais complexos, preservando as suas características holísticas e significativas dos eventos da vida real. O estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objecto é uma unidade que se analisa profundamente, determinada pelas suas características que são dadas por um lado, pela natureza e abrangência da unidade e por outro lado, pelo enfoque histórico, reduzido as características culturais de um meio específico no qual se insere a unidade em estudo (Triviños, 1987).

O estudo de caso rege-se dentro da lógica que guia as sucessivas etapas de recolha e análise da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um ou poucos casos (Latorre, 2003).

A escolha deste método, é por tratar-se de uma entidade bem definida que é a comunidade reassentada. O pesquisador apenas limitou-se em compreender como foi o processo de participação no reassentamento do ponto vista dos entrevistados e os seus desafios do quotidiano.

3.4. População de Estudo

O universo populacional é constituído por 119 elementos, dos quais: 110 membros dos

agregados familiares beneficiários do processo de reassentamento na comunidade de Macavene, sendo este o principal grupo alvo da pesquisa; 5 representantes das autoridades administrativas do distrito e 4 representantes das autoridades administrativas do Parque Nacional do Limpopo, pelo que se trata de uma população finita.

3.5. Amostra e Tipo de Amostragem

A amostra é constituída por 24 elementos, dos quais 20 membros dos agregados familiares (um membro representante de cada família reassentada); 1 membro das autoridades administrativas do PNL; 3 membros das autoridades administrativas do distrito, que incluem um membro do Serviço Distrital de Actividades Económicas, um membro do Serviço Distrital de Planificação e Infraestruturas e um membro do Posto Administrativo de Zulo, onde foi reassentada a população de Macavene.

Ordem	Descrição dos entrevistados	Homem	Mulher	Total
1	Entrevistas com membros de agregados familiares reassentados	11	9	20
2	Entrevistas com autoridades do PNL	1	0	1
3	Entrevistas com membro de SDPI	1	0	1
4	Entrevistas com um membro do Posto Administrativo de Zulo	1	0	1
5	Entrevista com membro de SDAE	1	0	1
Total		15	9	24

Tabela 2. Relação dos Entrevistados e informantes-chave

A amostra é não probabilística, a técnica de amostragem usada foi intencional, o que significa que nem todos elementos da população tinham possibilidade de fazer parte do estudo, pelo que só fizeram parte da pesquisa, os elementos da população que reuniam as características para o efeito, designadamente: ter se beneficiado do processo de reassentamento, disponibilidade para a pesquisa e representação do agregado familiar durante o processo de reassentamento.

3.6. Técnicas para a Recolha de Dados

Para a recolha de dados destacam-se os seguintes instrumentos: a pesquisa bibliográfica, a entrevista semi-estruturada e a observação directa. A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, ou seja, fontes oficialmente publicadas, com finalidade de colocar o pesquisador em contacto

directo com tudo o que foi dito sobre o assunto (Marconi e Lakatos, 2003).

Deste modo, na fase inicial optou-se pela pesquisa bibliográfica, tendo sido feito o levantamento de referências teóricas, analisadas e publicadas por meio de artigos científicos, livros e outros documentos do carácter físico e electrónico. Por sua vez, esta possibilitou o conhecimento de outros estudos sobre o fenómeno e a realidade do campo de pesquisa.

As entrevistas foram aplicadas aos membros dos agregados familiares beneficiários do processo de reassentamento, as autoridades administrativas do governo do distrito e as autoridades administrativas do PNL, portanto, estas visavam colher as informações que permitissem uma análise das abordagens participativas no processo de reassentamento da comunidade de Macavene.

Para completar o uso da entrevista no campo, recorreu-se a técnica de observação directa. A observação directa constitui o único método de investigação social que capta os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmo, sem a medição de um documento ou de um testemunho (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 196).

A observação foi usada com intuito de se ter o contacto directo com a realidade em estudo, de modo a compreender as mudanças ocorridas nas estruturas físicas da comunidade reassentada, com propósito de melhor perceber as implicações socio-económicas resultantes do processo de reassentamento da comunidade.

3.7. Técnicas de Análise de Dados

Para análise e tratamento dos dados qualitativos, de modo particular das entrevistas recorreu-se ao modelo aberto de categorização proposto por Laville e Dionne (1999), que consiste em definir categorias em função dos dados colhidos da pesquisa. Em relação aos dados das observações, recorreu-se ao modelo de Feelding (1993), onde é feito o registo e posteriormente criadas categorias para a análise.

3.8. Questões Éticas

Para a presente pesquisa foram observadas as questões éticas, por ter-se em conta que lidam com crenças, sentimentos e emoções de pessoas. Foi garantido o consentimento informado, a confidencialidade e o anonimato. Portanto, a população não foi obrigada a fazer parte do

estudo, não é revelada a identidade dos pesquisados e por outro lado, as informações colhidas são usadas fielmente, não foram distorcidas e são unicamente para fins académicos com o consentimento dos pesquisados.

3.9. Constrangimentos e Limitações da Pesquisa

Constituíram principais constrangimentos da presente pesquisa o horário para encontrar os membros da comunidade devido as suas actividades de sobrevivência, que neste contexto estavam aliadas a agricultura. No período de manhã não era possível encontrar os membros da comunidade para as entrevistas, apenas era possível no período de tarde, pelo que foi necessário alargar o período das actividades de recolha de dados para os finais de semana.

Constituiu também constrangimento o facto de a comunidade ter referenciado que estava cansada de vários encontros e entrevistas, porque nunca resolviam os problemas que inquietam a ela, as expectativas da comunidade era ver as inquietações respondidas imediatamente. Foi necessário esclarecer a comunidade o contexto da realização da presente pesquisa e o seu contributo para a sociedade. Mesmo com os entraves registados, foi possível atingir-se o objectivo traçado, porque não houve influência negativa dos constrangimentos referenciados nos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo perspectiva a discussão dos resultados do campo, permitindo deste modo a testagem das hipóteses levantadas. É importante o entendimento sobre o perfil socio-demográfico dos entrevistados, de modo a permitir o melhor entendimento do problema levantado.

Variáveis	Número (N)	Porcentagem (%)
Gênero		
Masculino	11	55
Feminino	9	45
Faixa Etária		
26-35	1	5
36-45	13	65
46-55	5	25
56-65	1	5
Mais de 66	0	0
Nível de Escolaridade		
Básico	5	25
Médio	0	0
Pré-universitário	0	0
Superior	0	0
Nenhum	15	75

Tabela 3. Perfil Sociodemográfico dos Participantes no Processo de Reassentamento Entrevistados

Os dados acima apresentados mostram a predominância do gênero masculino nos beneficiários entrevistados, o que pode levar a inferir que nesta região (distrito de Massingir) destaca-se com maior incidência, a predominância da linha patrilinear, o que pode significar que as famílias geralmente são chefiadas e representadas pelos homens.

Em relação a faixa etária dos beneficiários entrevistados, esta varia dos 26 aos 65 anos de idade, com maior predominância na faixa etária dos 36 a 45 anos de idade. No que concerne ao nível de escolaridade, os dados mostram a predominância de pessoas sem nenhum grau de escolaridade e uma minoria com ensino básico.



Figura 2. Fotografia de algumas mulheres, membros da comunidade
Fonte: Arquivo do Pesquisador (Banga, 18 de Novembro de 2020 - 14:56h)

Apesar do género masculino ter participado em maior número, destaca-se uma participação massiva das mulheres, embora a sua intervenção na tomada de decisão no processo de reassentamento tenha sido muito limitada, visto que estavam no mesmo meio com os homens. Conforme já referenciado, nas comunidades rurais e neste caso, sociedades patriarcais, as mulheres quando inseridas no mesmo meio com os homens, dificilmente têm voz e vez nos processos de tomada de decisão a nível comunitário.



Figura. Fotografia de alguns homens membros da comunidade
Fonte: Arquivo do Pesquisador (Banga, 20 de Novembro de 2020 – 16:21h)

4.1. Actores da Comunidade envolvidos no Processo de Reassentamento

Em relação a participação, segundo dados apurados das entrevistas à comunidade de Macavene reassentada em Banga e outros informantes-chave (vide tabela 2), afirmam todos que a comunidade participou no processo de reassentamento e todos eram elegíveis a participar, todavia, dependendo do assunto a ser discutido, a comunidade poderia ser representada pelo comité eleito para o efeito.

Os entrevistados afirmaram que a ideia de se ter o comité como representante da comunidade em alguns encontros, surgiu com a finalidade de gestão do tempo, visto que as reuniões com todos os membros da comunidade eram prolongadas, portanto, optou-se em escolher-se alguns membros no seio da comunidade para os representar, como se pode confirmar nos depoimentos abaixo.

Depoimento nº 1: *“participei no processo de preparação do reassentamento, todos devíamos participar e não havia selecção de quem deve ou não deve participar, tinha espaço para contribuir nas decisões, mas nunca contribuí por perceber que sou muito nova em termos da idade, quem tinha mais poder de decisão era o líder”* (Entrevista nº 4 de 18 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

Depoimento nº 2: *“também participei no processo de preparação do reassentamento da minha comunidade, todos devíamos participar, não havia selecção de quem deveria participar, não tinha espaço para contribuir nos encontros porque apenas os líderes é que tomavam decisões”* (Entrevista nº 13 de 20 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

Depoimento nº 3: *“estive em alguns encontros, a participação dependia do assunto porque havia reuniões com o comité e reuniões com a população, davam palavra mas eu sou mulher e bastava os homens falarem eu não tinha como falar, ouvia-se mais os homens”* (Entrevista nº 11 de 20 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

Depoimento nº 4: *“participei, não havia selecção de quem devia participar, tinha espaço de contribuir, mas quem tinha poder de tomar decisões era o Parque Nacional de Limpopo”* (Entrevista nº 7 de 18 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

Depoimento nº 5: *“todos os membros da comunidade deviam participar no processo de*

reassentamento, fez-se a divulgação para que as comunidades assumissem este processo como desenvolvimento; a sensibilização abriu espaço para a comunidade tomar iniciativa e liberdade de escolha do local onde queria ser reassentada; as reuniões eram longas e notou-se que gastava-se muito tempo e nessa visão criou-se o comité para representar a comunidade” (Entrevista nº 1 de 16 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Massingir-Sede).

Depoimento nº 6: *“a comunidade participou no processo de preparação do reassentamento; a comunidade estabeleceu uma estrutura (comité) que ajudou no desenho do Plano de Acção do Reassentamento (PAR); o distrito também desenvolveu um mecanismo de participação, por exemplo, através do SDAE que restringiu-se na busca de terra para agricultura, pastagem e houve participação activa da comunidade, por exemplo, o tipo de cobertura que estava a ser usada nas casas teve que sofrer alteração por causa das intervenções da comunidade”* (Entrevista nº 5 do dia 18 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Massingir - Sede).

Depoimento nº 7: *“participei no processo de reassentamento, mas existem coisas que me deixavam infeliz na gestão dos encontros, as consultas deviam ter mais dias para nos dar tempo de pensar na decisão, só que eles vinham com pontos para passar e não para discutir”* (Entrevista nº de 18 de 20 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

Os depoimentos acima descritos mostram que de facto houve participação da comunidade no processo de reassentamento, o que torna o processo legítimo em termos legais, pois como advoga o decreto 15/2000, as autoridades locais devem articular e envolver as comunidades locais em diferentes áreas conforme as necessidades de serviços, com vista a não condicionar as necessidades básicas de vida e do desenvolvimento local.

Considerado a participação a luz dos diferentes autores destacados na pesquisa, é importante sublinhar que ela não se limita apenas a presença dos indivíduos nas reuniões, mas sim, é extensiva a vários estágios de actividades, como ilustra o conceito de Cohen e Uphooff (1980), nas dimensões de tomada de decisão, implementação das actividades, em benéficos e na avaliação.

O mesmo ponto de vista sobre a eficácia da participação é encontrado no trabalho Duraiappah, *et al.* (2005), que defende que mesmo com o envolvimento das comunidades em

vários estágios de desenvolvimento, permanece ainda a questão se a capacidade destas pessoas foi aumentada de maneira que elas possam conduzir da melhor maneira os destinos das suas vidas.

A pesquisa com base nos depoimentos 2, 3, 4 e 7 acima referenciados mostra de facto que a participação desejada que possibilita o empoderamento das comunidades não aconteceu, isto porque segundo os entrevistados, a tomada de decisão esteve apenas do lado dos coordenadores do processo de reassentamento (PNL e o governo distrital), portanto, a comunidade apenas esteve presente para escutar.

Esta realidade mostra ainda que prevalece um grande desafio para os programas de desenvolvimento que visam o bem-estar das comunidades, é necessário que a participação da população nestes programas seja repensada, de modo que possa empoderar as comunidades para que as mesmas possam conduzir suas vidas da melhor maneira, através da incorporação das suas ideias e decisões.

4.2. Descrição das Formas de Participação usadas no Processo de Reassentamento

Com base nos depoimentos apresentados na pesquisa e sobretudo, no subcapítulo 4.2, pode se aferir que a participação vista por Cohen e Uphoff (1980) nas dimensões de tomada de decisão que visa a geração de ideias, formulação e avaliação de opções, não foi alcançada na sua totalidade neste processo, embora com opção da escolha do lugar de reassentamento pelos membros da comunidade.

A escolha do local de reassentamento é vista pela comunidade como uma decisão forçada visto que esta não tinha a opção de permanecer no interior do PNL. Olhando para a visão do McGee (2002) citado por Mikkelsen (2005), que considera que as metodologias participativas devem empoderar e também possuir um paradigma democrático, equitativo e inclusivo, pelo que neste contexto, este pressuposto não foi cumprido.

Este facto pode confirmar também o enunciado do Christopolos (1997) citado por Mikkelsen (2005), que chama atenção sobre a inquietação continua da sociedade, de que os processos participativos estejam cooptados para agendas que são rigidamente controlados a nível central. Deste modo, olhando para a tipologia de participação que é apresentada por diferentes autores, pode se aferir que, a comunidade não teve o papel activo nas decisões sobre o processo.

Ainda na mesma senda das formas de participação, pode se evidenciar o anunciado pelo Duraiappah, Roddy e Parry (2005), ao afirmarem que por mais que as comunidades estejam cada vez mais a participar nos vários estágios de projectos de desenvolvimento, permanecem ainda questões sobre a sua inclusão efectiva.

A luz das opiniões dos entrevistados, pode se notar que a comunidade não participou activamente no processo e muito menos a sua capacidade para conduzir os destinos futuros foi aumentada, como ilustram os depoimentos 2, 3, 4 e 7.

No que concerne as teorias apresentadas, pode se dizer que a teoria da estruturação de Giddens (2000), na qual enfatiza a existência de uma relação de interdependência entre a estrutura e acção (agentes) não foi integralmente consolidada, pois, o envolvimento da comunidade beneficiária, não permitiu a esta uma participação activa nos processos de tomada de decisão.

Na perspectiva do Long (2001), segundo dados apurados na pesquisa pode se considerar que a abordagem utilizada foi de cima para baixo, ou seja, não se assistiu o envolvimento directo dos principais beneficiários do reassentamento, ademais, o programa de reassentamento foi proposto á comunidade pelo PNL, pelo que todo o plano de reassentamento foi concebido na óptica do implementador.

4.3. Razões que influenciaram a Participação da Comunidade no Processo de Reassentamento

A participação em um programa ou projecto pode levar a pelo menos três benefícios a saber: (i) material, (ii) social e pessoal (Cohen e Uphoff, 1980). No entanto, é neste contexto que se procurou extrair da comunidade, as razões que levaram a sua participação no processo de reassentamento.

Os dados apurados das entrevistas aos membros da comunidade de Macavene beneficiários do processo de reassentamento, no contexto das razões que influenciaram para a participação no processo de reassentamento, destacam-se várias opiniões, dentre estas, as vantagens do processo do reassentamento, todavia as questões de ordem socioeconómica foram as mais consideradas, de modo particular o interesse em perceber o pacote das compensações, conforme pode-se constatar nos depoimentos abaixo:

Depoimento nº 10: *“a minha participação no processo de reassentamento consistia em perceber quais seriam as compensações preparadas para nós”* (Entrevista nº 10 de 18 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

Depoimento nº 11: *“o que me levou a participar no processo de reassentamento é que esperava que o processo garantisse melhores condições de vida”* (Entrevista nº 17 de 20 de Agosto de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

Depoimento nº 12: *“o que me levou a participar no processo de reassentamento, esperava perceber bem o processo e por via disso exigir os meus direitos”* (Entrevista nº 15 de 20 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

O decreto nº 31/2012 que aprova o regulamento sobre o processo de reassentamento é claro sobre as expectativas dos participantes no processo de reassentamento nos seus princípios, especificamente de coesão social, igualdade, benefício directo, equidade social e de responsabilidade social; não obstante, na fixação das populações em novas zonas deve se ter em conta o acesso aos meios de subsistência, serviços sociais e recursos disponíveis (Conselho de Ministro, 2012).

Para os membros da comunidade entrevistados as expectativas sobre o processo de reassentamento são diversificadas, contudo, conforme os depoimentos acima, parte dos entrevistados afirmaram que a principal razão da sua participação no processo, estava relacionada com a necessidade de perceber os benefícios, especificamente no pacote de compensações, que assegurasse melhores condições de vida, conforme referenciado nos depoimentos nº 10 e 11 acima.

4.4. Situação Socioeconómica actual da Comunidade no local de Reassentamento

A percepção da situação socioeconómica actual da comunidade de Macavene, permite aferir as mudanças ocorridas na vida da comunidade, de modo particular, as suas fontes de rendimento e subsistência, a sua situação de empregabilidade, o acesso aos serviços básicos e infra-estruturas capazes de responder as necessidades e expectativas da comunidade.

A análise do impacto socioeconómico teve como base as três dimensões (melhoria de meios de subsistência e qualidade de vida, acesso a infraestruturas básicas e acesso a serviços de qualidade) e 14 categorias extraídas no trabalho de Mikkelsen (2005), conforme mostra a tabela abaixo.

Melhoria de meios de subsistência e qualidade de vida				
Categoria de Análise	Melhorou muito	Melhorou um pouco	Não houve melhorias	A situação piorou
Emprego			x	
Renda na venda de produtos agrícolas				x
Segurança alimentar				x
Acesso a infraestruturas básicas				
Hospital			x	
Escola	x			
Água				x
Mercados				x
Lojas				x
Acesso a serviços de qualidade				
Transporte				x
Educação	x			
Saúde Geral			x	
de materno-infantil				x
Segurança pública			x	

Tabela 4: Ferramenta de pontuação usada para elucidar impacto socioeconómico

Conforme os dados das entrevistas e observação, apesar de alguns avanços assinalados, persistem ainda entraves no acesso a outros serviços indispensáveis, conforme descrito abaixo:

- *Emprego*

Em relação a esta categoria, todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que não houve melhorias, embora no PAR, a categoria de emprego, foi descrita como uma das expectativas da comunidade ao aceitar ser reassentada. A comunidade esperava ganhar o emprego na área do turismo e outros como fiscais no PNL, mas, esta expectativa passou apenas por um

“sonho” porque nunca se concretizou e a comunidade nem tem esperança da sua concretização no futuro, como se pode constatar no depoimento abaixo:

Depoimento nº 13: *“quando se lança uma vaga no Parque Nacional de Limpopo, os funcionários do Parque como têm informação antes de nós, mandam vir os seus familiares para ficar aqui perto, para que quando iniciar o processo de submissão de documentos, os familiares submetem e ficam a espera das entrevistas...”* (Entrevista no 5 de 18 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

- *Renda na venda dos Produtos Agrícolas*

Segundo o PAR (2012), a análise socioeconómica realizada no local de origem indicava que 22% das famílias obtinham a sua renda através da venda dos produtos agrícolas, mas esta realidade já não acontecia em Banga, onde foi reassentada a comunidade, todos afirmaram que nesta categoria não houve melhorias, apenas a situação só piorou, porque não tinham água para irrigação dos campos, embora use-se bombas fornecidas pelo PNL, como se pode constatar no depoimento abaixo:

Depoimento nº 14: *“temos bombas e geradores que fomos fornecidos pelo parque, mas este equipamento está sempre a avariar e as vezes o problema é só do combustível, a regularização destes problemas pode levar dois meses e assim os prejuízos nas machambas só aumentam e no fim não há produção”* (Entrevista no 5, de 18 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

- *Segurança Alimentar*

Com a situação do problema da água e avarias constantes do equipamento destinado a apoiar a actividade agrícola, todos os membros da comunidade entrevistados afirmaram que em relação a segurança alimentar, comparado com o local de origem, a situação deteriorou-se e dificilmente conseguem garantir a alimentação para as suas famílias.

- *Segurança Pública*

No que concerne a segurança pública, a maior parte dos entrevistados, afirmaram que melhorou significativamente, enquanto a menor parte destes, afirmaram ter melhorado razoavelmente ou piorado, como se pode atestar nos depoimentos abaixo:

Depoimento nº 15: “*aqui em Banga já não temos ameaças de leões, o nosso gado já está seguro, sem riscos de ser atacado pelos leões*” (Entrevista nº 21 de 20 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga)

Depoimentos 16: “*lá em Macavene estávamos bem, aqui já estamos no corredor dos ladrões de gado, eles entram no mato e pastam o nosso gado até Chokwé para venderem*” (Entrevista nº 8 de 18 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

- *Habitação*

O acesso a habitação melhorou, pois, as casas actuais foram construídas com material convencional, isto é, são casas de alvenaria, construídas com blocos, enquanto as anteriores eram casas construídas com material local e eram precárias, como ilustram as figuras abaixo.



Figura 4. Fotografia de habitações das comunidades no local de origem (Macavene)Fonte: Arquivo do Pesquisador (PNL, 19 de Novembro de 2020)

Mesmo com acesso a habitação convencional, a comunidade mostrou-se insatisfeita porque existiam casos em que o chefe da família tinha três esposas e o pacote de compensação não conseguiu oferecer as três casas que tinha no local de origem, como se pode aferir no depoimento abaixo:

Depoimento 18: “*temos muitas coisas que não foram cumpridas pelo PNL, por exemplo, temos homens que tem três esposas e nós discutimos com o parque para construir casas para essas esposas e apenas optaram por dar uma compensação que não permite a construção de uma casa*” (Entrevista no 23 de 20 de Novembro de 2020, Posto Administrativo de Zulo, Banga).

É de notar que a construção de uma casa de alvenaria para os reassentados, por si só não constitui desenvolvimento para as comunidades, no entanto é preciso salvaguardar as questões sociais e culturais da comunidade, para que combine com infraestruturas estabelecidas. A insatisfação dos beneficiários estava relacionada ao tipo de casa (tipo 1, tipo 2), pois nem sempre respondia as necessidades do agregado familiar.



Figura 5. Fotografia de modelo de residências actuais no local de reassentamento Fonte: Arquivo do Pesquisador (Banga, 17 de Novembro de 2020 – 18:16)

- *Saúde*

Em relação ao acesso a infraestruturas hospitalares, a maior parte dos entrevistados afirmou ter-se assistido melhorias, quando comparadas com o local da proveniência, porque existe um Posto de Saúde para os primeiros socorros em Banga, enquanto em Macavene não existia.

Para alguns, mesmo com a existência do Posto dos primeiros socorros em Banga, descreveram a situação apenas como de pouca melhoria, visto que carece ainda de serviços mais abrangentes. Na mesma senda, outros agregados entrevistados afirmaram que a situação apenas piorou, porque Macavene era um corredor que a qualquer hora podia se ter transporte para o hospital localizado na vila de Massingir-Sede.

Em relação a saúde materno infantil os entrevistados foram unânimes ao afirmar que estes serviços só estão disponíveis na vila sede que dista 17 km do local onde foram reassentados, e todos consideram não ter havido nenhuma melhoria, visto que para o seu acesso precisam percorrer quilômetros para a vila sede.

- *Educação*

Em relação a infra-estruturas escolares, todos os entrevistados foram unânimes em assegurar que houve melhorias acentuadas, quando comparado com o local de origem (PNL – Macavene), onde a escola tinha sido construída de material local, de pouca resistência e de baixa qualidade, enquanto em Banga a escola inclusive, a casa dos professores foi construída com material convencional, conforme ilustram as imagens abaixo.



Figura 6. Fotografia de infraestrutura escolar no local de reassentamento (Banga).

Fonte: Arquivo do Pesquisador (Banga, 18 de Novembro de 2020 – 17:36h)

As residências dos professores, para além de garantirem condições dignas de habitabilidade para os professores, segundo os entrevistados, constitui também um mecanismo de atracção e manutenção dos profissionais em Banga.



Figura 7. Fotografia da residência dos professores na área de reassentamento (Banga).

Fonte: Arquivo do pesquisador (Banga, 19 de Novembro de 2020, 16:08h)

- *Acesso a Água*

O acesso a água potável constituía um desafio para todos os membros da comunidade entrevistados, visto que a água era apenas retirada no rio, que dista a 7 km (ida e volta) da área de reassentamento, enquanto na área de origem distava a poucos metros das suas residências conforme pode-se ver nos mapas abaixo.



Figura 8. Mapa da distância entre as residências das comunidades e o local de retirada da água Fonte: Google Map, 2021

- *Acesso ao comércio/mercado*

Com base nas entrevistas, em Banga (local onde a comunidade foi reassentada) não existia mercado para a comercialização dos produtos ou mesmo para a compra dos mesmos, quando comparado com o local de origem (existência do mercado em Macavene). Assim sendo, a comunidade descreve a situação como caótica, visto que a inexistência de um mercado, condiciona a possibilidade de trocas comerciais e acesso a produtos da primeira necessidade.

O mesmo acontece em relação as lojas, em Banga não existia nenhuma loja, apenas uma *barraca* que comercializava bebidas alcoólicas e refrigerantes, todo o produto era adquirido na vila de Massingir-Sede, que dista a 17 km de Banga. Nesta categoria, todos os entrevistados descrevem a situação como dramática.

- *Transporte*

No que diz respeito ao transporte, os agregados entrevistados mostraram-se satisfeitos, tendo afirmado que a situação do transporte melhorou significativamente quando comparado com local de origem, embora poucos consideraram a situação pior.

Os que consideraram a situação não favorável, alegam que Macavene (local de proveniência) era um corredor, onde a qualquer hora poderiam encontrar transporte, porque existiam carros do próprio PNL, assim como carros que vinham da vizinha República da África do Sul.

CONCLUSÃO

O envolvimento da comunidade nos processos de reassentamento constitui um pressuposto para o seu desenvolvimento a médio e longo prazo, todavia, este envolvimento deve ser acompanhado de abordagens participativas adequadas, que possam permitir incorporar as ideias da comunidade nos planos de reassentamento. Nestes processos sobre reassentamento, a incorporação do conhecimento local para problemas locais, pode tornar o programa de reassentamento mais efectivo e aumentar o nível de conhecimento da comunidade sobre os processos de reassentamento.

Em relação a pergunta de pesquisa levantada, importa referir que com base nos depoimentos recolhidos, nota-se que a comunidade tem consciência da sua participação no processo de reassentado, todavia, consideram que as decisões não cabiam a eles, o que leva a concluir que só estavam lá para a legitimação do processo.

Nesta senda, pode se aferir que a participação da comunidade de Macavene no processo de reassentamento foi marcada por uma abordagem de cima para baixo, pois, a comunidade não participou no processo de tomada de decisões nos processos-chave designadamente, concepção do programa de reassentamento, seleção do local de reassentamento, tipo de infra-estruturas no geral, de modo específico habitações para a comunidade e compensações.

Em relação as hipóteses levantadas, importa referir que participação no processo de reassentamento envolveu de facto as partes interessadas (comunidade beneficiarias, autoridades administrativas do PNL e autoridades administrativas locais), sem distinção da raça, sexo, religião ou outras categorias possíveis. Os membros das comunidades sentiram-se parte do processo por terem sido apenas convidadas a participar.

O processo de reassentamento da comunidade de Macavene no distrito de Massingir, não possibilitou uma participação activa da comunidade, facto que comprova as hipóteses levantadas na pesquisa.

O desenvolvimento socioeconómico pressupõe a existência de infra-estruturas físicas e serviços básicos que possam levar a comunidade a sentir-se com as suas necessidades básicas satisfeitas. Com base nas entrevistas e observações feitas no campo, constatou-se que as infraestruturas habitacionais foram melhoradas, mas em contrapartida persistia a insatisfação com o tipo de habitação, pois, estas (novas habitações) já não albergam a todos os membros

da família e os agregados com os seus recursos financeiros escassos tiveram de construir alguns anexos para acomodar os outros membros.

Os serviços de abastecimento de água, constituíam um desafio para a comunidade reassentada, o que leva as mulheres a percorrerem cerca de 7 quilómetros, com vista a busca de água para diferentes fins. No local de reassentamento, notou-se a inexistência de fontes de água potável, hospitais, transporte, infraestruturas comerciais e outros serviços básicos que possam contribuir para o bem-estar da comunidade reassentada. Desta forma, pode se aferir que a situação socio económica desta comunidade não registou melhorias, embora o objectivo primordial do processo de reassentamento seja melhorar as condições de vida das comunidades reassentadas e garantir a restauração dos meios de subsistência.

O conhecimento sobre as vantagens do processo de reassentamento, mostrou-se factor determinante para que os membros da comunidade participassem no processo de reassentamento, pois, muitos afirmaram que queriam ouvir qual seria a margem das compensações, com vista a desenharem novas perspectivas de vida.

A pesquisa encontra seu enquadramento na teoria de Estruturação de Giddens (2000), na qual enfatiza uma reciprocidade entre a estrutura e acção (agentes), onde a acção e estrutura não podem ser analisadas separadamente, pois as estruturas são criadas, mantidas e alteradas por meio de acção, enquanto a acção (agentes) emprega as regras sociais adequadas à sua cultura, aquelas que aprenderam por meio da socialização e da experiência

Neste sentido, fazendo um entrosamento entre a teoria de Estruturação de Giddens e os dados da pesquisa, tendo em consideração as hipóteses levantadas, pode se aferir que efectivamente o processo participativo no reassentamento da comunidade de Macavene no distrito de Massingir envolveu a comunidade no geral, todavia, a participação desta limitava-se ao fornecimento de informação, enquanto que a tomada de decisão cabia aos implementadores do processo, facto que impossibilitou as comunidades a colocar as suas visões de desenvolvimento, o que significa que prevaleceu um desfasamento entre a estrutura e acção.

A abordagem orientada aos actores de Norman Long, encontra o seu enquadramento na presente pesquisa. Com base nos dados da pesquisa, pode se notar que a comunidade não teve uma participação activa, facto que leva a conclusão de que foi usada uma abordagem de cima para baixo, onde as experiências e percepções dos locais não foi levadas em consideração.

No contexto da teoria orientada aos actores, pode se dizer que o processo de reassentamento, não foi visto como uma componente do desenvolvimento, mas sim uma imposição externa, tendo em consideração as formas como os beneficiários foram tratados.

Existe uma necessidade de se desenhar os processos de reassentamento da melhor maneira, onde os beneficiários devem participar activamente, para que estes processos sejam vistos como oportunidades para o desenvolvimento e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agrawal, A.; Redfors, A. (2009). *Conservation and Displacement: An Overview*.

Ako, J. (2017). *Participatory Development: A study of community and citizen participation in development and Policymaking in Stockholm*.

Bisht, T. (2009). *Development-Induced Displacement and Women: The Case of Tehri Dam, India*.

Boef, W. S.; Thijssen, M.H. (2007). *Participatory tools working with crops, varieties and seeds: a guide for professionals applying participatory approaches in agrobiodiversity management, crop improvement and seed sector development*. Wageningen Centre for Development Innovation. Research Report.

Burns, D.; Taylor, H. F.; Wilson, M. (2004). *Making Community Participation Meaningful: a handbook for development and assessment*.

CENACARTA. (2020). Maputo

Cernea, M. (1997). *The Risks and Reconstruction Model for Resettling Displaced Population*. *World Development*. Vol.25. World Bank.

Chambers, R. (1992). *The Origin and Practice of Participatory Rural Appraisal*. Bridgton: *Institute of Development Studies*.

Chambers, R. (1994). *Paradigm Shifts and the Practice of Participatory Research and Development*. Brighton.

Chambers, R. (1997). *Whose reality counts: putting the first last*. London: Intermediate Technology.

Cleaver, F. (1999). *Paradoxes of Participation: Questioning Participatory Approaches to Development*. Development and Project Centre. University of Bradford. UK.

Cohen, R. L. (1985). *Procedural Justice and Participation*. *Human Relations*, 38(7), 643–663.

Cohen, J.; Uphoff. (1980). *Participation's place in rural development: Seeking clarity through specificity*. *World Development*.

- Cornwall, Andrea. (2006). *Historical Perspectives on Participation in Development: Commonwealth & Comparative Politics*.
- Dinbabo, M. (2003). *Development Theories: participatory approaches and community development*.
- Duraiappah, A.K; Roddy, P.; Parry, Jo-EElen. (2005). *Have Participatory Approaches Increased Capabilities?* International Institute for Sustainable Development: <http://www.iisd.org>.
- European Bank. (S/d). *Resettlement Guidance and Good Practices*.
- Feelding, N. (1993). *Interviewing*. 4ª Edição. Londo and Thausnl Oasks Ca: Sagi Publications Ltd.
- Garrafiel, D. R.; Nobre, F. R. C.; Dain, J. (1999). *Manual de Metodologia: pesa uma abordagem participativa*. Rio Branco: PESACRE.
- Giddens, A. (2001). *Sociology*. Polity Press.
- Givá, N. (2016). *Parks with People? Action Research in Bridging Conservation and Livelihood in Limpopo National Park*. Uppsala.
- Godinot, X.; Wodon, Q. (2006). *Participatory Approaches to Attacking Extreme Poverty: Case Studies Led by the International Movement ATD Fourth World*. The World Bank. Washington. D.C.
- Huesca, R. (2008). *Tracing the History of Participatory Communication Approaches for Development: A Critical Appraisal*. India. Sage Publications.
- Latorre, A. (2003). *La Investigación- Acción*. Barcelo: Graó.
- Laville, C, Dionne, J. (1999). *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: UFMG.
- Lillywhite, S., Kemp, D. and Sturman, K. (2015). *Mining, resettlement and lost livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzi*. Mozambique. Oxfam: Melbourne.

- Lillywhite, S.; Kemp, D.; Sturman, K. (2015). *Mining Resettlement and Lost Livelihood: Listening to the voice of Resettled Community in Mualadzi Mozambique*. Edição OXFAM. Melbourne.
- Lin, C. (2001). *Gender Impact of Resettlement: The Case of Babagon Dam in Sabah, Malaysia*. New Delhi/Thousand Oaks/London.
- Long, N. (2001). *Development Sociology: Actor Perspectives*. London. Routledge.
- Long, N. (2001). *From paradigm lost to paradigm regained: The case for an actor-oriented sociology of development*. London: Rutledge.
- Mansur, G.; Vijayendra, R. (2013). *Localizing Development: Does Participations Work?* International Bank for Reconstruction and Development. Washington D.C.
- Marcon, M. A.; Lakatos, E. M. ((2002). *Técnicas de Pesquisa. 5a Edição. São Paulo*. Editora Atlas S.A.
- Marcon, M. A.; Lakatos, E. M. ((2003). *Fundamentos da Metodologia Científica. 5a Edição. São Paulo*. Editora Atlas S.A.
- Minar, D. W.; Greer, S. (2007) *The Concept of Community: reading with interpretations*.
- Mikkelsen, B. (2005). *Methods for Development Work and Research: A New Guide for Practitioners*. 2nd Edition. India: Tejeshwar Singh for Sage Publications.
- Mocellim, A. (2011). *Comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea*.
- Neef, A. (2003). *Participatory Approaches under Scrutiny: will they have a future?* University of Hohenheim. Germany.
- Nikkhah, H. A.; Redzuan, M. (2003). *Participation as a Medium of Empowerment in Community Development*: European Journal of Social Sciences. Volume 11.
- NORAD. (2013). *A framework for Analyzing Participation in Development*: Evaluation Department. Oxford.
- Philips, R.; Pittman, R. (2015). *An Introduction to Community Development*: New York. 1a Edição.

- Pinto, C. B. (S/d). *Desenvolvimento Local: A Comunidade como Coparticipante*. Universidade Católica de Salvador.
- Quive, S. A.; Chilundo, A. G.; Mutisse, L. C. (2013). *Pespectiva Sociológica do Desenvolvimento Rural*. Imprensa Universitária.
- Quivy, R. e Campenhoudh, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Paris: Gradiva.
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. Terceira Edição. São Paulo. Editora Atlas.
- Saide, A.; et al. (2012). *Reassentamento Populacional, Governação Autárquica, Trabalho Migratório e Relações Internacionais entre Moçambique e Malawi*. Publifix Lda. Maputo. Moçambique.
- Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. 1ª Edição. São Paulo: S/ed.
- Simione, A. A.; Ckagnazaroff, I. B. (2017). *Governança Participativa em Moçambique: Dinâmica do Envolvimento dos Cidadão na Gestão Municipal em Xai-Xai*. Revista de Administração Pública e Gestão Social. Universidade Federal de Viçosa.
- Smith, D. H. (1994). *Determinants of Voluntary Association Participation and Volunteering: A Literature Review*. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly.
- Stiglitz, J. (2001). *Participation and Development: Perspective from the Compressive Development Paradigm*.
- World Bank.; UNCTAD. (S/d). *Knowledge into Action Notes: what does field research shows*.
- Triviños, A. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo. Editora Atlas S.A.
- United Nations. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*.
- Witter, Rebecca. (2013). *Elephant – induced displacement and power of choice: narratives about resettlement in Mozambique’s Limpopo national park*. Columbia.

World Bank. (1994). *Making Development Sustainable*: Washington, D.C. USA.

World Bank. (2012). *A Global Count of the Extreme Poor in 2012*: Washington. D.C. USA

World Bank. (2013). *Localizing Development: Does Participation Work?* The World Bank
1818 H Street NW. Washington DC.

Documentos Legislativos

Assembleia da República. (1997). *Lei de Terras*. Maputo.

Conselho de Ministros. (2008). *Regulamento da Lei de Ordenamento Territorial* – Boletim da República. Maputo.

Conselho de Ministros. (2012). *Regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas*. Boletim da República. Maputo.

Conselho de Ministros. (2000). *Formas de Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias*. Boletim da República. Maputo.

APÊNDICES

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO
ESTUDO DE CASO
PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO
DISTRITO DE MASSINGIR - PROVÍNCIA DE GAZA 2005 À 2019

APÊNDICE1 - Guião de Entrevista aos Membros da Comunidade Reassentada do Parque Nacional de Limpopo

Bom dia/ Boa tarde... chamo me sou estudante de Mestrado na Universidade Eduardo Mondlane, estou a conduzir um trabalho do fim do curso de Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento. A participação na entrevista é de carácter voluntário, se tiver alguma pergunta que não queira responder, favor de informar para passarmos a outra pergunta. O objectivo desta entrevista é de compreender em que medida a comunidade de Macavene foi envolvida no processo de reassentamento. Os resultados da entrevista podem influenciar na melhor forma de se pensar nas estratégias de desenvolvimento em particular nos processos participativos nos reassentamentos. Todas as questões estão relacionadas com a experiência pessoal dos participantes, todas as respostas serão confidenciais, os indivíduos não serão identificados em nenhuma publicação, a entrevista terá a duração de 30 minutos.

1. Qual é a sua faixa etária

15 a 30 , 31 a 45 , 46 a 60 , 61 +

2. Género

Masculino

Feminino

3. Participou do processo de preparação do reassentamento da sua comunidade?

4. Quem deveria participar nos encontros?

5. Como eram seleccionadas as pessoas que deveriam participar?

6. Quantos encontros estiveste presente?

7. O que te levou a participar ou seja que benefícios esperava da sua participação?

8. Ficaste feliz com a forma como os encontros eram geridos?
9. Tinhas espaço de contribuir nas reuniões?
10. Quem tinha mais poder em decidir nos encontros?
11. Qual foi o seu papel em todo o processo de reassentamento?
12. Quais são as suas fontes para o sustento familiar?
13. Que mudanças ocorreram na sua vida pessoal e familiar depois do reassentamento?
14. Havia uma expectativa de emprego no turismo, portanto esta expectativa foi respondida?
15. Houve promessa da área de pastagem e emprego na PROCANA. Isto foi respondido?
16. Como era feita a gestão de conflitos no processo de reassentamento da comunidade?
17. Se tiver oportunidade de fazer parte de outro processo de reassentamento, quais são os aspectos que acha que deveriam ser melhoradas ou replicadas?

QUESTÕES SOBRE O IMPACTO SOCIOECONÓMICO

Melhoria de meios de subsistência e qualidade de vida				
Categoria de Análise	Melhorou muito	Melhorou um pouco	Não houve melhorias	A situação piorou
Emprego				
Renda na venda de produtos agrícolas				
Segurança alimentar				
Segurança pública				
Acesso a infraestruturas básicas				
Hospital				
Escola				
Água				
Mercados				
Lojas				
Acesso a serviços de qualidade				
Transporte				
Educação				
Saúde Geral				
Saúde materno-infantil				

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO
ESTUDO DE CASO
PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO
DISTRITO DE MASSINGIR - PROVÍNCIA DE GAZA 2005 À 2019

APÊNDICE 2 - Guião de entrevista as autoridades administrativas

Bom dia/ Boa tarde... chamo me sou estudante de Mestrado na Universidade Eduardo Mondlane, estou a conduzir um trabalho do fim do curso de Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento. A participação na entrevista é de carácter voluntário, se tiver alguma pergunta que não queira responder, favor de informar para passarmos a outra pergunta. O objectivo desta entrevista é de compreender em que medida a comunidade de Macavene foi envolvida no processo de reassentamento. Os resultados da entrevista podem influenciar na melhor forma de se pensar nas estratégias de desenvolvimento em particular nos processos participativos nos reassentamentos. Todas as questões estão relacionadas com a experiência pessoal dos participantes, todas as respostas serão confidenciais, os indivíduos não serão identificados em nenhuma publicação, a entrevista terá a duração de 30 minutos.

Um dos papéis da administração era de promover o envolvimento ou participação das comunidades afectadas no processo de planificação de reassentamento

1. Qual era o objectivo do envolvimento ou participação das comunidades no processo de reassentamento
2. Como é que a administração garantiu o processo de consulta e auscultação (participação) dos afectados?
3. Quais foram os actores da comunidade que participaram no processo de auscultação e consulta durante o processo de reassentamento?
4. Quais foram os critérios usados para a seleção dos participantes?
5. Qual foi o resultado da participação no processo?
6. Acha que as contribuições dos participantes (comunidade) foram levadas em consideração?

Exemplos

7. Quais foram os principais entraves enfrentados pela Administração no processo de reassentamento?
8. Sob ponto de vista da Administração o processo foi participativo, ou seja, todas as pessoas visadas foram ouvidas e tiveram as suas preocupações (positivamente ou negativamente)?
9. Acha que o processo de reassentamento melhorou a qualidade de vida das populações afectadas?
10. Acha que a expectativa da população sobre o emprego no turismo foi respondida?
11. Acha que a promessa da área de pastagem e a expectativa da população sobre o emprego na PROCANA foi atingida?
12. Se tiver oportunidade de fazer parte de outro processo de reassentamento quais são os aspectos que acha que deveriam ser melhoradas ou replicadas?

QUESTÕES SOBRE O IMPACTO SOCIOECONÓMICO

Melhoria de meios de subsistência e qualidade de vida				
Categoria de Análise	Melhorou muito	Melhorou um pouco	Não houve melhorias	A situação piorou
Emprego				
Renda na venda de produtos agrícolas				
Segurança alimentar				
Segurança pública				
Acesso a infraestruturas básicas				
Hospital				
Escola				
Água				
Mercados				
Lojas				
Acesso a serviços de qualidade				
Transporte				
Educação				
Saúde Geral				
Saúde materno-infantil				

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO
ESTUDO DE CASO
PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO
DISTRITO DE MASSINGIR - PROVÍNCIA DE GAZA 2005 À 2019

APÊNDICE 3 - Guião de entrevista as autoridades do Parque Nacional de Limpopo

Bom dia/ Boa tarde... chamo me sou estudante de Mestrado na Universidade Eduardo Mondlane, estou a conduzir um trabalho do fim do curso de Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento. A participação na entrevista é de carácter voluntário, se tiver alguma pergunta que não queira responder, favor de informar para passarmos a outra pergunta. O objectivo desta entrevista é de compreender em que medida a comunidade de Macavene foi envolvida no processo de reassentamento. Os resultados da entrevista podem influenciar na melhor forma de se pensar nas estratégias de desenvolvimento em particular nos processos participativos nos reassentamentos. Todas as questões estão relacionadas com a experiência pessoal dos participantes, todas as respostas serão confidenciais, os indivíduos não serão identificados em nenhuma publicação, a entrevista terá a duração de 30 minutos.

Um dos papeis da administração do PNL era a gestão e coordenação da planificação e implementação do reassentamento através do Programa de Reassentamento onde o coordenador do reportava directamente ao Administrador do Parque.

O quadro da política de reassentamento preparado para o PNL num dos seus princípios diz que deve haver uma consulta e participação genuína no processo.

1. Quem participou do processo de reassentamento por parte das comunidades?
2. Qual foi o papel da comunidade no processo?
3. O quão envolvido a comunidade este no processo??
4. Como é que o PNL garantiu a participação efectiva no processo?
5. Quais foram os critérios usados para a seleção dos participantes?
6. Qual foi o resultado da participação no processo?
7. Acha que as contribuições dos participantes (comunidade) foram levadas em consideração? Exemplos

8. Quais foram os principais entraves enfrentados pela coordenação no processo de reassentamento?
9. Sob ponto de vista da Administração o processo foi participativo, ou seja, todas as pessoas visadas foram ouvidas e tiveram as suas preocupações (positivamente ou negativamente)?
10. Acha que o processo de reassentamento melhorou a qualidade de vida das populações afectadas?
11. Acha que a expectativa da população sobre o emprego no turismo foi respondida?
12. Acha que a promessa da área de pastagem e a expectativa da população sobre o emprego na PROCANA foi atingida?
13. Se tiver oportunidade de fazer parte de outro processo de reassentamento quais são os aspectos que acha que deveriam ser melhoradas ou replicadas?

QUESTÕES SOBRE O IMPACTO SOCIO ECONÓMICO

Melhoria de meios de subsistência e qualidade de vida				
Categoria de Análise	Melhorou muito	Melhorou um pouco	Não houve melhorias	A situação piorou
Emprego				
Renda na venda de produtos agrícolas				
Segurança alimentar				
Segurança pública				
Acesso a infraestruturas básicas				
Hospital				
Escola				
Água				
Mercados				
Lojas				
Acesso a serviços de qualidade				
Transporte				
Educação				
Saúde Geral				
Saúde materno-infantil				

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE REASSENTAMENTO
ESTUDO DE CASO
PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO
DISTRITO DE MASSINGIR - PROVÍNCIA DE GAZA 2005 À 2019

Apêndice 4 - Guião de Observação – Agregados Familiares

ASPECTOS A OBSERVAR	LOCAL	COMENTÁRIOS
Acesso a água		
Tipo de habitação		
Infra-estruturas escolares		
Infra-estruturas para o comércio		
Hospitais		
Actividades de rendimento		

APÊNDICE 5 - Declaração de Consentimento Informado

Eu _____ membro dos agregados familiares membro da comunidade de Macavene e abrangido/a pelo processo de reassentamento do Parque Nacional do Limpopo fui convidado/a a participar da pesquisa sobre o tema: Participação Comunitária no processo de Reassentamento – Estudo de Caso: Parque Nacional do Limpopo, cujo objectivo é de compreender em que medida a comunidade de Macavene foi envolvida no processo de reassentamento. Fui informado que os resultados da pesquisa serão usados para fins unicamente académicos, e portanto, autorizo o pesquisador, Teófilo Domingos Munjovo a fazer o correcto uso das informações colhidas, assim como as imagens que concordarmos em tirar. Declaro que não foi acordado nenhuma compensação monetária para a efectivação da presente pesquisa em troca das informações dadas.

O Declarante_____.O pesquisador: Teófilo Domingos Munjovo Data: Novembro de 2020

APÊNDICE 6 – Vista frontal do edifício do Governo do Distrito de Massingir



(Fonte: Arquivo do Pesquisador, Novembro de 2020)

APÊNDICE 7 – Vista frontal do SDAE de Massingir



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Novembro de 2020)

APÊNDICE 8 – Sinalização da entrada da área de reassentamento em Banga



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Novembro 2020)

APÊNDICE 9 – Infra-estruturas habitacionais na área do reassentamento em Banga



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Novembro 2020)

APÊNDICE 10 – Infra-estrutura escolar na área de reassentamento em Banga



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Novembro 2021)

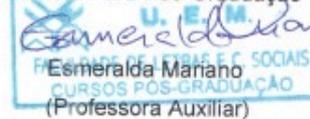
ANEXOS



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Visto

A Directora Para Pós-Graduação



CRENCIAL¹

Serve a presente para confirmar junto do Posto Administrativo de Massingir, que o **Sr. Teófilo Domingos Munjovo**, frequenta o Curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, encontrando-se neste momento no processo de recolha de dados para a sua Dissertação com o título "Participação da Comunidade no Processo de Reassentamento no Parque Nacional do Limpopo". Pelo que solicitamos de V. Excia, a concessão de todo o apoio necessário para o alcance de seus objectivos.

Antecipadamente gratos pela vossa colaboração.

Maputo, aos 13 de Outubro de 2020

O Director do Curso

Samuel Quive, PhD

(Professor Associado)

¹ Válido por 90 dias contados a partir da data da assinatura